

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

# CLIP PING

24 a 26 de MARÇO  
2018



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



## No ES, Justiça e famílias se unem na recuperação de adolescentes do socioeducativo

26/03/2018 - 08h00



O projeto "Visita Monitorada" do Poder Judiciário do Espírito Santo tem conseguido reabilitar jovens que cumprem medidas socioeducativas na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), em Cariacica, situada na região metropolitana de Vitória/ES. A reabilitação se deve à parceria estabelecida com as famílias desses jovens. O projeto, que permite ao jovem se ressocializar aos poucos, por meio da convivência familiar, é visto como uma nova fase do sistema socioeducativo no Estado.

Na última quinta-feira (22/3), a unidade foi visitada por uma comitiva de juízes que atuam na área infracional e de medidas socioeducativas, que participaram da 22ª edição do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), em Vitória - o evento foi realizado pelo Fórum Nacional da Justiça Juvenil e pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJES.

A Unis, que atualmente recebe 90 adolescentes, foi alvo de denúncias feitas desde 2009 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por violações de direitos humanos, como maus tratos e tortura. Em 2016, um adolescente foi espancado até a morte por outros internos. Em 2017, a OEA exigiu mudanças urgentes no local.

Para o juiz Alexandre Takaschima, integrante do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução das Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Espírito Santo é um estado que passou por uma grande crise no sistema socioeducativo e conseguiu superar isso, por meio de uma parceria articulada entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. "A crise trouxe o problema do socioeducativo à tona, mas graças a esse trabalho em conjunto e em rede, se conseguiu superar. É por esse motivo que a gente está fazendo essa visita na própria unidade acionada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para ver o que foi realizado por meio dessa parceria entre o Poder Executivo e o Sistema de Justiça", destacou Takaschima.

Levantamento feito em 2016 pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), do Ministério dos Direitos Humanos, mostrou que, em novembro daquele ano, havia 26.450 incluídos no sistema socioeducativo no país - 25.929 deles em atendimento nas unidades voltadas à restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e

## Números de adolescentes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo em 2016

UF	Total de Adolescentes
SP	9572
RJ	2293
MG	1964
PE	1615
RS	1348
ES	1123
CE	1062
DF	981
PR	856
PB	621
BA	603
GO	477
AC	475
PA	424
AP	354
SC	304
MS	301
SE	296
AL	289
MA	276
RO	269
PI	198
MT	192
TO	189
RN	142
AM	127
RR	99
<b>Total</b>	<b>26.450</b>

Fonte: SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (Sinase) - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

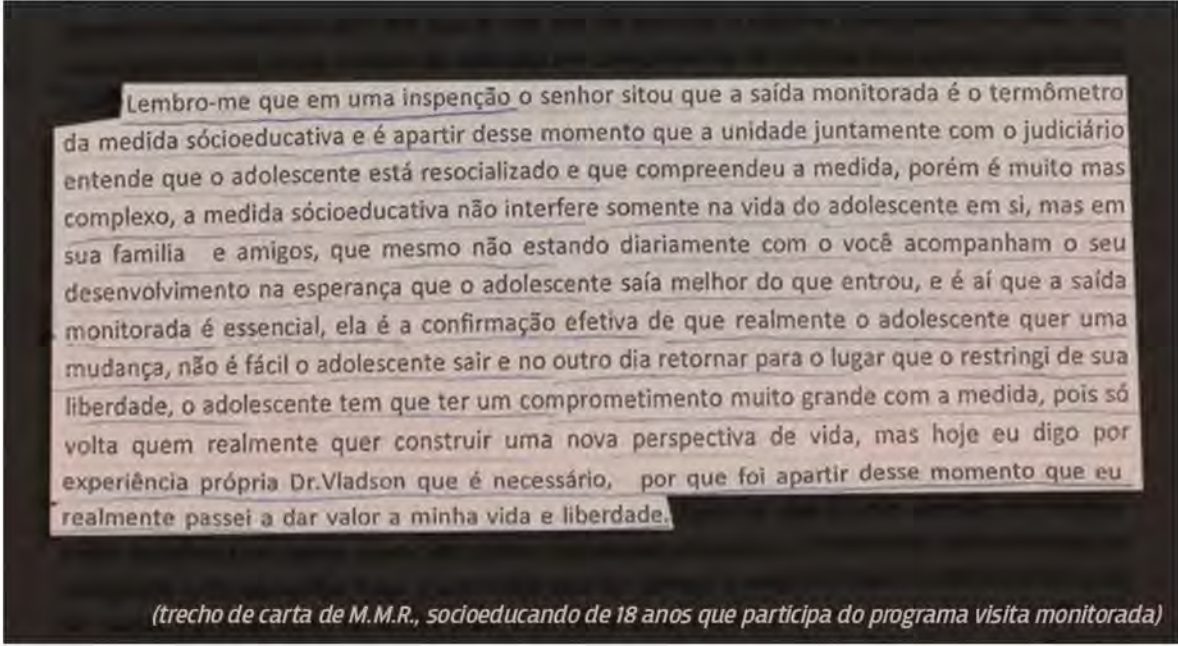
### O que vou fazer com esse menino agora?

O projeto "Visita Monitorada", criado pelo juiz Vladson Couto Bittencourt, titular da 3ª Vara da Infância e Juventude Especializada em Execução de Medidas Socioeducativas de Meio Fechado da Região Metropolitana da Grande Vitória, começou de forma piloto em 2012. De acordo com o magistrado, de lá para cá, 400 adolescentes passaram pelo programa, que atualmente está presente em cinco das treze unidades socioeducativas do Estado e atende cerca de 30 jovens.

Só podem participar do programa aqueles adolescentes que estão em fase conclusiva da medida socioeducativa – que consiste em três fases, com duração mínima de três meses cada uma – há pelo menos 60 dias. Quando entram no programa, os jovens têm direito a passar os fins de semana em casa, desde que o adolescente construa uma jornada familiar junto à unidade e que a cumpra rigorosamente. Para o juiz Bittencourt, o projeto realiza uma preparação gradativa para que a família possa receber novamente o adolescente e verificar se realmente foi quebrado o círculo da criminalidade. "O projeto aumenta a responsabilidade da família e da sociedade, trazendo-os para dentro da medida socioeducativa", diz o juiz.



Antes do projeto, o magistrado conta que era comum que, ao conceder o alvará de soltura aos adolescentes, as famílias se desesperassem, porque não sabiam o que fazer com ele para impedir que voltasse à criminalidade. "Muitas vezes as mães diziam que ele estava jurado de morte por um inimigo da redondeza, por exemplo. Quando o adolescente é internado para cumprir a medida socioeducativa, muitas vezes isso é visto até como alívio porque a família já está em uma fase de sofrimento muito grande", diz o juiz Bittencourt.



Lembro-me que em uma inspeção o senhor citou que a saída monitorada é o termômetro da medida sócioeducativa e é a partir desse momento que a unidade juntamente com o judiciário entende que o adolescente está resocializado e que compreendeu a medida, porém é muito mais complexo, a medida sócioeducativa não interfere somente na vida do adolescente em si, mas em sua família e amigos, que mesmo não estando diariamente com o você acompanham o seu desenvolvimento na esperança que o adolescente saia melhor do que entrou, e é aí que a saída monitorada é essencial, ela é a confirmação efetiva de que realmente o adolescente quer uma mudança, não é fácil o adolescente sair e no outro dia retornar para o lugar que o restringiu de sua liberdade, o adolescente tem que ter um comprometimento muito grande com a medida, pois só volta quem realmente quer construir uma nova perspectiva de vida, mas hoje eu digo por experiência própria Dr. Vladson que é necessário, por que foi a partir desse momento que eu realmente passei a dar valor a minha vida e liberdade.

*(trecho de carta de M.M.R., socioeducando de 18 anos que participa do programa visita monitorada)*

#### Redução na taxa de reincidência

As atividades externas durante o cumprimento da medida socioeducativa estão previstas no artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para que a visita aconteça, é preciso que a família se responsabilize e que o socioeducando receba uma visita domiciliar da equipe técnica para avaliar essa condição. O socioeducando assina, em conjunto com o familiar responsável, um termo de responsabilidade que prevê as sanções e consequências do descumprimento dos pactos feitos.

As atividades do socioeducando durante as visitas são monitoradas, por telefone ou presencialmente e, em caso de descumprimento, o jovem é retirado do programa, regredindo na medida socioeducativa. De acordo com o juiz Bittencourt, o percentual de reincidência e fuga é baixíssimo entre os jovens que participam do programa. "95% das fugas não foram dos participantes da visita monitorada. O programa é um incentivo para que os adolescentes que comecem a cumprir a medida de internação tenham bom comportamento para que, quando alcancem o último estágio da medida, possam ser inseridos no programa", diz o magistrado.



## REPORTAGEM ESPECIAL

# WHATSAPP DA DISCÓRDIA BRIGAS NO APLICATIVO VÃO PARAR NA JUSTIÇA

Maioria das ações de crimes contra honra refere-se a situações nas redes

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redegazeta.com.br

Em fevereiro deste ano, a pedagoga Bianca Paz, 25, recebeu uma ligação desesperada. A mãe dela tinha recebido em um grupo de WhatsApp do trabalho a informação de que a filha havia sido presa em Minas Gerais acusada de tráfico de drogas.

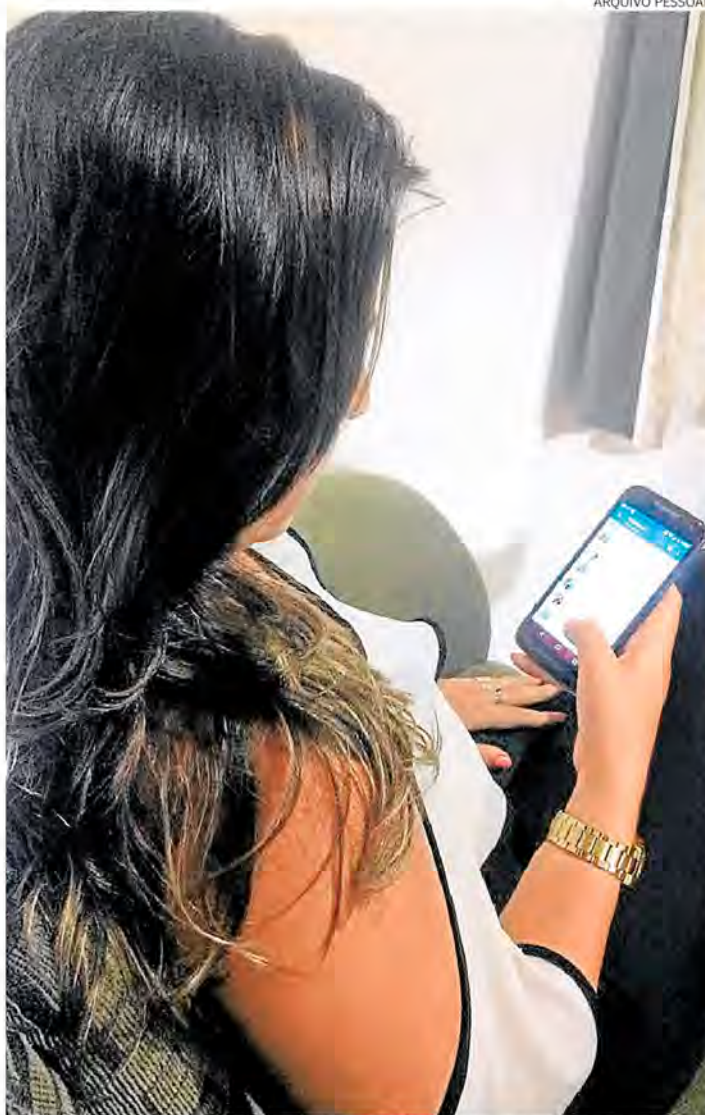
A acusação se espalhou por Aracruz, Norte do Estado, cidade onde ela vive, e desde então provoca danos na vida da jovem. Com dificuldade até de encontrar emprego, ela procurou a Justiça para tentar encontrar uma solução para a questão.

Bianca não está sozinha. Como a dela, mais de 200 ações por calúnia, injúria e difamação chegam ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) todo mês. Apenas nos primeiros meses deste ano, já foram registradas mais de 700 ações desse tipo, a maioria ocorreu por situações nas redes sociais.

A informação falsa sobre Bianca circulou rapidamente por grupos e por mensagens através do aplicativo.

Mesmo tendo passado os dias seguintes à divulgação se explicando para familiares e amigos, Bianca passou a sofrer com os olhares de reprovação nas ruas. "Teve um dia em que eu fui ao banco pagar uma conta. Quando percebi, todos estavam me encarando e olhando pra mim. Fui embora chorando", conta.

Ela completa a lembrança ruim: "Aracruz é uma cidade pequena, então eu dava dois passos nas ruas e alguém me parava para falar dessa mensagem. Che-



Informação falsa sobre Bianca envolvida em tráfico circulou em grupos de aplicativo

gou uma hora que eu não queria mais falar do assunto, não queria mais cumprimentar ninguém".

Bianca procurou a poli-

cia e registrou um boletim de ocorrência por injúria, calúnia e difamação.

Ela procurou ainda a advogada Lorrany Oliveira

para entrar com um processo pedindo indenização por danos morais à pessoa suspeita de ter originado a mensagem falsa.

ARQUIVO PESSOAL

“

Foi um estrago muito grande. Estou tendo que fazer tratamento psicológico. Minha mãe, meu pai e irmã sofreram constrangimento no trabalho, foi horrível”

BIANCA PAZ  
PEDAGOGA, 25 ANOS

“Foi um estrago muito grande. Estou tendo até que fazer tratamento psicológico. Minha mãe, meu pai e minha irmã sofreram constrangimento no trabalho, foi horrível”, relata a jovem.

## AMEAÇA

Em Cariacica, uma técnica em saúde bucal de 24 anos também procurou a Justiça após receber ameaças e xingamentos pelas redes sociais. No caso dela, a responsável pelos crimes é conhecida e não deixa de mostrar o rosto.

Ela chegou a ser condenada por ameaça no início deste ano. No entanto, a vítima alega que as ameaças continuam mesmo após o fim do processo. “Ainda tenho medo de sair na rua e encontrar com ela”, diz.

## LIMITE



“A gente vive na era da internet. Ficamos o tempo todo no limite do que é ofensa e do que é a manifestação de uma opinião”

RIVELINO AMARAL  
ADVOGADO

## MEDO

“FALAVA PARA EU TOMAR CUIDADO, QUE IA ME BATER”

X.  
Técnica em saúde bucal, 24

“Começou em setembro de 2016. A ex-namorada do meu atual namorado usou as redes sociais para me ameaçar e falar mal de mim. Falava para eu tomar cuidado, que iria me bater e eu não teria ninguém para me ajudar. Também me xingava. Entrei com um processo e ganhei este ano. Mas ela voltou a me ameaçar depois disso. Ainda tenho medo de sair na rua e encontrar com ela.”



## REPORTAGEM ESPECIAL

# Falar mal pode doer no bolso

**Vítima de calúnia, difamação e injúria pode pedir indenização por danos morais**

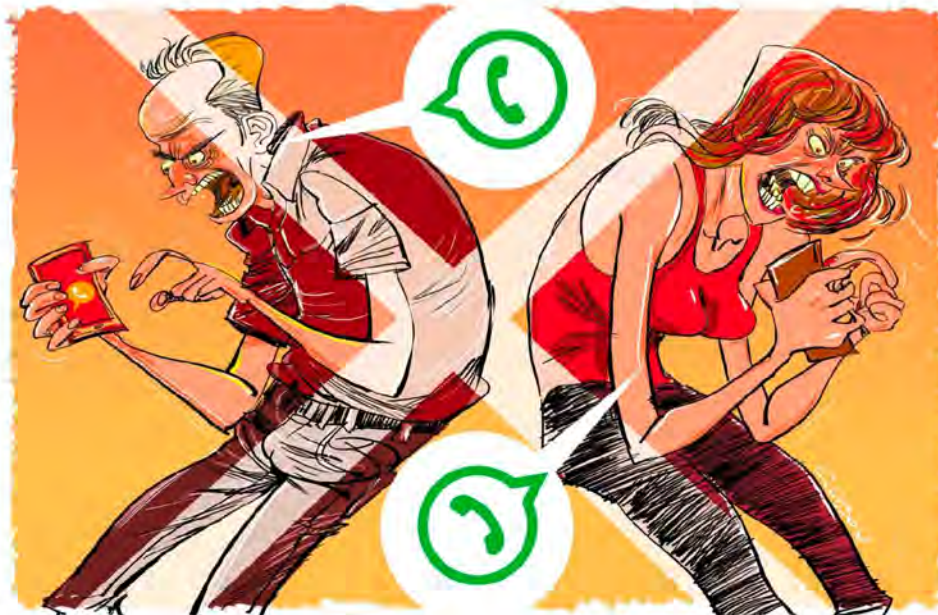
▲ NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@reddegazeta.com.br

Falar mal de alguém nas redes sociais pode doer no bolso. A vítima de crimes de calúnia, difamação e injúria pode entrar com um processo na esfera cível pedindo indenização por danos morais.

“Nesses casos, o juiz vai analisar com base no prejuízo causado à pessoa e também com base na condição financeira de quem está sendo processado para definir o valor da indenização”, explica o advogado criminalista e professor de Direito Penal Rivelino Amaral.

Mas apesar do estrago que fofocas podem provocar na vida das vítimas, a pessoa responsável pela disseminação da ofensa nas redes, em geral, não sofre punições muito severas.

Amaral explica que a



calúnia, a injúria e a difamação estão no Código Penal, mas são considerados crimes de menor potencial ofensivo. Isso significa que quem comete algum deles

não vai preso.

“Em geral, a pessoa é condenada a pagar custas básicas ou prestar serviços comunitários”, esclarece o professor.

## PUNIÇÃO

As punições, na avaliação de Amaral e da advogada Lorrany Oliveira, não suprimem nem compensam o dano provocado

às vítimas.

“Essas mensagens causam prejuízo incalculável e desgastam a imagem e a honra da pessoa atingida”, diz Amaral.

“Por mais que a pessoa vença a ação judicial e consiga que a outra seja condenada, nada vai apagar a impressão ruim que os outros têm dela e provavelmente continuarão a ter por muitos anos”, completa Lorrany.

## VULNERABILIDADE

Amaral acredita que a internet deixa as pessoas vulneráveis e expostas a crimes dessa natureza.

“A gente vive na era da internet e da facilidade do acesso e da divulgação. Ficamos o tempo todo no limite do que é ofensa e do que é a manifestação de uma opinião”, conta.

Ele afirma ainda que uma pessoa que falou mal da outra pode ser condenada pelo crime mesmo que não tenha considerado, ela mesma, aquela afirmação ofensiva.

“Mesmo se a pessoa não souber que aquilo que ela disse é considerado crime, ainda assim, ela pode ser processada e punida”, explica.

## COMPORTAMENTO NAS REDES

### CAUTELA

#### ▼ Sem ofensas

Tenha cuidado nas redes sociais ao postar opiniões sobre indivíduos ou instituições que possam ser consideradas ofensivas e que possam levar a uma ação judicial. Não faça postagens no impulso, sem pensar.

### FONTE SEGURA

#### ▼ Verificação

Não compartilhe mensagens sem antes verificar que a fonte da informação é segura.

### PEÇA OPINIÃO

#### ▼ Dúvida

Na dúvida sobre uma informação ou suposta matéria, leia, releia e peça a opinião de um amigo

(ou dois) antes de postar.

### ÁUDIO

Se você recebeu um áudio mas não conhece quem mandou e nem para quem ele era destinado, é melhor não passar para frente.

### LEIA NA ÍNTEGRA

#### ▼ Manchete

Não compartilhar uma

materia com base apenas na manchete, sem ler o conteúdo na íntegra e ter certeza de que a informação é verdadeira.

### ATENÇÃO

#### ▼ Formato e ortografia

No caso de uma matéria, preste atenção na formatação e na ortografia do texto e,

principalmente, nunca acredite em tudo que lê.

### BOM SENSO

#### ▼ Opinião

Antes de escrever algo, use e abuse do bom senso. Aquela opinião precisa mesmo ser externada?

### LIMITE

#### ▼ Controversas

Guarde opiniões

controversas para pessoas em quem você tem confiança.

### REGRA DE OURO

#### ▼ Pense no outro

Não faça com os outros o que você não gostaria que fosse feito com você.

Fonte: advogados Lorrany Oliveira e Rivelino Amaral



## AÇÕES NA JUSTIÇA

ARQUIVO

# Aplicativos desmascaram mentirosos

**Justiça tem usado a quebra de sigilo de conversas para ajudar as decisões trabalhistas**

MIKAELLA CAMPOS  
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Para descobrir as mentiras de trabalhadores ou mesmo dos patrões, alguns juízes chegam a decretar a quebra do sigilo telefônico e telemático durante as audiências com a intenção de ter acesso a e-mails e mensagens de texto e voz trocadas, por exemplo, pelo WhatsApp.

O juiz do Trabalho Fábio Bonisson, que atua em Vitória, conta que tomou uma medida semelhante na última quinta-feira. “O patrão, para demonstrar as mentiras

do ex-empregado, mostrou uma conversa entre os dois. O trabalhador alegou que as conversas eram montagens. Para saber quem estava falando a verdade, decidi

## PUNIÇÃO

*“Quem violar essa regra pode ser punido. Ninguém pode se defender mentindo, contando uma história que não aconteceu”*

**JEANE MARTINS**  
ADVOGADA TRABALHISTA  
E PROFESSORA DA  
FACULDADE DE DIREITO  
DE VITÓRIA

pela quebra do sigilo. Ao ver o WhatsApp do empregado, pude constatar que ele estava mentindo”, revela.

Segundo Bonisson, existem situações do trabalhador mentir até para o advogado. “Mas a Justiça está vigilante para impedir o enriquecimento sem causa”, acrescenta.

No Rio de Janeiro, no mês passado, um juiz multou um trabalhador ao ter acesso a mensagens que mostravam que o autor da ação estava combinando um pagamento para a testemunha. No mesmo dia, uma outra juíza descobriu que o autor de uma outra ação iria pagar R\$ 70 para uma pessoa testemunhar no processo.



—  
“A Justiça está vigilante para impedir o enriquecimento sem causa”  
—

**FÁBIO BONISSON**  
JUIZ DO TRABALHO

O juiz Marcelo Tomolei, que também atua em Vitória, afirma que mensagens e áudios têm ajudado a esclarecer algumas ações. Porém, na maioria dos processos, são as contradições das testemunhas que acabam sendo decisivas nas audiências.

“Só é importante deixar claro que as punições apli-

cadadas para quem mente não servem para afastar da Justiça que tem mesmo direito de cobrar algo do empregador”.

A advogada trabalhista e professora da Faculdade de Direito de Vitória, Jeane Martins, afirma que o objetivo da Justiça do Trabalho é que os direitos sejam cumpridos.

“Quem violar essa regra pode ser punido. Ninguém pode se defender mentindo, contando uma história que não aconteceu. Em alguns casos, a testemunha fala algo diferente do que o trabalhador havia dito, provas são colhidas, acarações são feitas até que a mentira apareça”.

VIOLÊNCIA NO CENTRO

# Pedido por justiça e agilidade na apuração

Após o assassinato dos irmãos Damião e Ruan Reis, em Vitória, movimentos sociais, amigos, familiares e uma professora se manifestaram nas redes sociais, lamentaram a morte dos rapazes e cobraram respostas para o crime.

A Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica divulgou ontem uma nota lamentando a morte dos irmãos. No texto, a PJ diz que Damião fez parte da Pastoral da Juventude da Paróquia Nossa Senhora da Vitória (Catedral) e era conhecido pelo sorriso largo e "uma maneira leve de levar a vida".

Ainda na nota, a pastoral afirma que o crime contra os irmãos "escancarou a brutalidade da violência que tem cor, classe social e endereço em nosso País e atualiza em nós a urgência de seguir na luta e defesa da vida."

Uma ex-professora dos meninos, Ana Paula Peçanha, que ministra aulas de Inglês, foi uma das que desabafaram na internet. "Vão em paz, meninos! Perdoem-me se meu giz e meu livro não foram capazes de lhes protegerem! Perdoem-nos!", diz parte do post.

O Círculo Palmarino, movimento de combate ao racismo, também emitiu uma nota comentando ter recebido com extrema tristeza e revolta a notícia da execução dos jovens negros. O

líder do movimento, Lula Rocha, falou com a reportagem e destacou que os jovens eram muito engajados com a comunidade.

"Conhecia os irmãos da escola de samba. Damião, além de ser conhecido na escola, também tinha uma trajetória na Igreja Católica, através da Pastoral da Juventude, e também era professor de capoeira. Tinha um engajamento social, além de ser de uma família tradicional da região".

Ele disse também: "Infelizmente, são mais dois jovens negros assassinados brutalmente, fruto da violência nesse Estado, que tem como vítima preferencialmente

pessoas negras".

Rocha diz que a comunidade espera por respostas.

"Estamos cobrando uma apuração do caso para que não sejam

“Estamos cobrando uma apuração do caso para que não sejam mais dois dos diversos outros assassinatos”

Lula Rocha, líder do Círculo Palmarino

mais dois dos diversos outros assassinatos em que os inqueritos ficam empilhados na delegacia. Da mesma forma com que os casos de bairros nobres são tratados com rapidez, esperamos que esse caso também seja tratado assim", concluiu.

Outro grupo que se manifestou na internet foi o Raízes da Piedade. "Hoje mais um lamento triste de dor ecoa no Morro da Piedade e o samba cede a passagem para a violência", diz o texto.



Ana Paula Peçanha está com George Falcao e outras 9 pessoas

Hoje a comunidade da montanha Piedade e Fonte Grande chora a perda de dois meninos. Digo dois meninos pois foi assim que os conheci/minhei! Sobre tudo Damião Reis, um autêntico "malandro" boa braca que conquistava a todos com seu sorriso largo e sua grande disposição de fazer o bem. Talvez nem ele mesmo se lembrasse da professora aqui, mas eu tenho esta estranha mania de guardar no coração alunos como Damião. Na verdade, não só a comunidade vertical da Piedade-Fonte Grande deveria estar chorando, devíamos todos estar lamentando a perda destes dois jovens, principalmente porque nós falhamos! Falhamos enquanto educação, segurança, sociedade em geral. Falhamos em deixar que fosse perpetuada a sentença destes que nasceram negros, pobres e moradores de comunidade vertical, a sentença que hoje foi decretada. Vão em paz, meninos! Perdoem-me se meu giz e meu livro não foram capazes de lhes protegerem! Perdoem-nos!



HOMENAGEM de professora

## OAB repudia violência

A Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB/ES), divulgou nota de repúdio após a morte dos irmãos Damião e Ruan Reis, mortos no centro de Vitória.

"Dois jovens negros e moradores da periferia, foram executados; seus velórios se transformaram em luta, pois esse ciclo perverso precisa ter fim.

Dois jovens negros pobres foram executados com 60 disparos de arma de fogo, passarão a compor as estatísticas de 2018. E agora? Precisamos responder a pergunta: O que estamos fazendo entre um homicídio e outro?", diz trecho da nota.



# Pacientes vão à Justiça contra atendimento médico

**Policial federal Ana Lúcia Pires, 55 anos, que sofreu lesão depois de uma cirurgia de varizes, está entre os casos no Estado**

Lorrany Martins

**F**alhas, mau atendimento e até lesões são alguns dos motivos que têm levado pacientes à Justiça contra hospitais, clínicas e médicos. Muitos conseguem indenização como uma forma de reparar o transtorno ocorrido.

Um exemplo é a policial federal Ana Lúcia Pires, 55 anos, que entrou na Justiça contra uma clínica em Vitória, depois de uma lesão ao final de uma cirurgia de varizes. Ela contou que foi à clínica para fazer um procedimento simples, mas saiu do local com muitas dores nos joelhos e nas costas.

“Tive várias complicações depois disso. O processo jurídico é uma forma de buscar justiça pelo que aconteceu. Sofri muito”, contou.

De acordo com a advogada dela, Flávio Fabiano, por causa da gravidade das lesões que ficaram depois da cirurgia, Ana Lúcia teve de buscar ajuda médica e foi afastada dos trabalhos.

“Tudo isso gerou um estresse pós-traumático, além da lesão física no joelho e nas costas. Então, além de uma ação de reparação por danos morais e materiais, por todo o constrangimento ilegal, sofrimento que ela teve de suportar, os gastos com remédios, também tomamos medidas criminais, de forma a condenar os envolvidos no procedimento cirúrgico, individualmente, por crime de lesão corporal gravíssima”, contou.

Outro caso é um que foi atendido pelo advogado Márcio Gonçalves. Ele contou que uma cliente ganhou R\$ 20 mil por danos morais depois que a equipe médica deixou um instrumento cirúrgico



A POLICIAL FEDERAL Ana Lúcia Pires acionou o advogado Flávio Fabiano para entrar na Justiça contra clínica

dentro do corpo dela.

“Essa cliente havia passado por uma cirurgia para a retirada de um câncer. Algum tempo depois, ela foi fazer um novo procedimento e descobriu um instrumento cirúrgico metálico no mesmo local onde havia acontecido a cirurgia”, contou.

Ele explicou que os casos de falhas e negligências são mais comuns do que os casos que acabam chegando na Justiça. “Muitos pacientes não conseguem laudos para provar o que realmente aconteceu.”

A advogada Francislene Paiva contou que entrou com um processo contra o Estado para que o seu cliente tivesse uma mediação especial. “Meu cliente estava com câncer terminal e a família entrou na Justiça para garantir uma mediação que não tem disponível no sistema público”.

## OPINIÕES



“Hoje está mais comum esse tipo de ação. A população está mais crítica e informada”

Francislene Paiva, advogada



“O valor do dano moral é uma forma de compensar a pessoa que sofreu e punir a que causou”

Márcio Gonçalves, advogado

## SAIBA MAIS

### Principais ações na área da saúde

- > DE ACORDO COM os advogados especializados na área, os processos judiciais mais comuns são:
- > AÇÕES CONTRA o Estado porque não há leito ou vaga de UTI, ou porque não foram fornecidos os devidos medicamentos.
- > AÇÕES CONTRA planos de saúde por negativa de procedimentos ou por procedimentos não contemplados no rol de procedimentos.
- > AÇÃO DE INDENIZAÇÃO por danos morais e materiais por negligência, imperícia ou imprudência do hospital, Estado ou médico.

### Falhas

#### NEGLIÊNCIA

- > É QUANDO o Estado, médico, enfermeiro ou o hospital deveria ter tido alguma atitude, mas não agiu, tratou com indiferença, não tomou as devidas precauções. Exemplo: não fornecer o medicamento necessário ao paciente, negligenciar uma situação, um risco de morte.

#### IMPRUDÊNCIA

- > É UMA AÇÃO PRECIPITADA, sem cautela. É um agir de forma precipitada ou sem moderação. Exemplo: um hospital ou médico que fez um parto sem utilização do aspirador de líquido amniótico, mesmo sabendo da necessidade e do risco.

#### IMPERÍCIA

- > É A FALTA DE QUALIFICAÇÃO técnica para aquela função. O agente não sabe praticar o ato. É a inaptidão, a ignorância. Exemplo: médico não habilitado para fazer cirurgias plásticas e que mesmo assim faz.

### Danos

#### DANOS MORAIS

- > QUANDO UMA PESSOA se acha afetada de forma psicológica, moral e intelectual. Geralmente, quando é concedido o dano moral, leva-se em conta, para estipular o valor da indenização, a compensação do dano causado à vítima e a punição a quem causou o dano.

#### DANOS MATERIAIS

- > DE MODO GERAL, são todos aqueles danos que alguém sofre em seu patrimônio, como contas com médicos para reparação e medicamentos, entre outros prejuízos.

Fonte: Advogados consultados

## ALGUNS CASOS

### Sem cuidados

Uma senhora com mais de 70 anos foi internada em estado grave na UTI de um hospital na Grande Vitória.

Ela ficou um tempo no hospital, mas por causa da falta de recursos, teve de ser transferida para um novo local.

Foi surpresa para a família quando os médicos do novo hospital disseram que a senhora tinha lesões por falta de cuidado. A família entrou na Justiça contra o primeiro hospital.

### Gritos e negativa

O Estado está sendo obrigado a pagar uma indenização de R\$ 3 mil por danos morais a uma mulher que foi destrutada por uma médica cirurgiã do Hospital Antônio Bezerra de Faria (HABF), em Vila Velha.

Em seu relato ao juiz, a paciente contou que a médica, cirurgiã de mão, gritou e se recusou a atendê-la. Após a situação constrangedora, a médica emitiu um simples laudo, registrando que a paciente não tinha condições de trabalhar. Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) informou que não tinha recebido a decisão ainda.

### Negligência

Um hospital e duas profissionais de saúde foram condenados a pagar indenização de R\$ 250 mil após a morte de uma criança em Vitória.

De acordo com os autos divulgados pelo Tribunal de Justiça, a morte do menor teria sido ocasionada por conta de negligência no atendimento, já que a criança passou dois dias sem evolução no quadro clínico e não teve assistência até ser levada para UTI.

### Remédio na Justiça

A família de um morador da Grande Vitória que estava com câncer cerebral entrou na Justiça para conseguir pelo SUS um medicamento específico indicado pelo médico. Durante o processo, o juiz pediu um laudo para que fosse investigada a possibilidade de um similar. Infelizmente, o paciente morreu antes que a decisão ou o laudo pudesse ser emitido.

Depois do episódio, a família entrou na Justiça contra o Estado pedindo danos morais por negligência por não ter fornecido o remédio a tempo. O processo ainda está em tramitação.

### Material esquecido

Uma mulher ganhou R\$ 20 mil por danos morais contra um hospital da Grande Vitória por causa de um material esquecido dentro do corpo dela durante uma cirurgia para a retirada de um câncer.

Ela contou ao advogado que fez a cirurgia e quando foi para um segundo procedimento para a retirada de outro tumor, descobriu que haviam deixado um instrumento cirúrgico e metálico no mesmo local onde havia feito a primeira cirurgia.



## PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

**Constrangimento**

Uma aluna do curso de pós-graduação da Amages, que assistia à palestra do ministro Luiz Fux no TJ semana passada, escreveu um desabafo no Facebook, após se sentir constrangida com uma fala de Fux. Ela levou sua bebê para a palestra, por não ter com quem deixar, e teria ouvido do ministro que os "pequenos" deviam ser proibidos de entrar.





**MANIFESTAÇÃO** em frente ao Supremo Tribunal Federal: mudança de posicionamento traz insegurança jurídica

# Críticas à revisão da prisão em 2ª instância

Especialistas não concordam com a decisão do Supremo de rediscutir o tema, pois alegam que nova análise causa instabilidade

**Brunella França**

**A** volta à pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) da discussão a respeito do início imediato do cumprimento da pena de prisão após o trânsito em julgado em 2ª instância faz o STF se “apequenar”, segundo especialistas em Direito.

Para o advogado criminalista André Rocha, a rediscussão do tema traz insegurança jurídica. “A reanálise ou eventual mudança de posicionamento já definido há pouco tempo pode acarretar uma visão política do tribunal, o que é inacei-

tável para fins de independência dos poderes”, disse.

A professora de Direito Penal Ana Cristina Mendonça considera que a prisão após condenação em 2ª instância se encontra em situação de instabilidade no STF.

“O grande problema nesse momento é que o Brasil é o país que mais tem uma alteração de posicionamento da jurisprudência, é quase um periódico. Então, os ministros mudam de posicionamento com uma frequência muito grande e isso traz insegurança jurídica”, criticou.

“O STF está sinalizando que se apequenou notadamente porque é o guardião da Constituição e deveria primar e zelar pelo fiel cumprimento dela”, avaliou o presidente da comissão dos Advogados Criminalistas da seccional capixaba da OAB, Rivelino Amaral.

O advogado criticou o cumprimento imediato da pena após a 2ª instância. “Foi uma decisão de cu-

nho eminentemente pessoal dos ministros que compõem a Suprema Corte quando eles deveriam ser legalistas. A lei determina o cumprimento da execução das penas após o réu exaurir todas as possibilidades de recurso”, apontou.

## LULA

A revisão de uma posição do Supremo em relação ao cumprimento imediato da pena após 2ª instância seria a última chance de Lula não ser preso, caso seu habeas corpus seja negado no dia 4.

“O próprio STF violou a Constituição em seu texto literal uma vez que o princípio da inocência possui natureza de cláusula pétrea”, disse o advogado eleitoral Carlos Eduardo Lyrio.

Para o advogado eleitoral Antônio Carlos Pimentel, a prisão após 2ª instância é “polêmica e controversa”. “A tendência é defender que a liberdade do indivíduo deve ser admitida pelo Judiciário”.





# “Desgaste está terrível”, afirma Marco Aurélio

**Ministro declarou que Cármen Lúcia ampliou crise no STF ao pautar habeas corpus de Lula**

BRASÍLIA

« O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirma que a ministra Cármen Lúcia ampliou o desgaste da Corte ao pautar a votação do habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada.

Ele disse que a presidente da Corte errou ao antecipar o caso do petista ao julgamento das ações genéricas que questionam a prisão de réus condenados em segunda instância.

“O desgaste para o tribunal está terrível. Isso demonstra que a estratégia

da presidente foi falha”, criticou o ministro.

“É muito ruim julgar só o caso do ex-presidente Lula. Agora estamos pagando um preço incrível por isso”, completou.

## RELATOR

Marco Aurélio é o relator das ações que questionam as prisões em segunda instância. Ele afirma que liberou os processos em dezembro, mas Cármen Lúcia tem se recusado a levá-los ao plenário. A presidente do STF já declarou que a reabertura do debate poderia “apequenar” a Corte, que autorizou esse tipo de prisão em 2016.

“Já deveríamos ter julgado essas ações. Não sei por que a presidente não quer colocá-las em pauta.

Pode ser a preocupação com o acompanhamento da sociedade. Talvez ela não tenha tido visão das consequências que isso teria para o tribunal. Agora o estilingue tem atuado”, reclama o ministro.

Na quinta-feira passada, Marco Aurélio interrompeu o julgamento de

## PREÇO INCRÍVEL

*“É muito ruim julgar só o caso do ex-presidente Lula. Agora estamos pagando um preço incrível por isso”*

**MARCO AURÉLIO MELLO** MINISTRO DO STF



ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

Marco Aurélio disse que está “pagando o pato” após ter revelado que iria viajar

Lula ao exibir um bilhete aéreo e informar que tinha viagem marcada para o Rio no início da noite. Em seguida, a Corte decidiu suspender a sessão e conceder um salvo-conduto ao petista até 4 de abril.

## CRUCIFICADO

Marco Aurélio se diz injustiçado com as críticas. Na sexta-feira, afirmou que está sendo “crucifica-

do” na internet.

“Acabei pagando o pato. Outros três colegas tinham viagens marcadas na mesma noite”, defendeu-se. “Eu não podia deixar de cumprir um compromisso que assumi com antecedência”, disse.

O ministro do STF diz que o tribunal não deve se preocupar com cobranças externas e com a pressão via internet.

“Há um segmento barulhento que pressiona e busca resultados na Corte. Nós não devemos ter preocupação com isso. O Supremo às vezes tem que ser contramajoritário, desde que siga o que está na lei e na Constituição”, avaliou. “O patulhamento hoje é inaceitável. Faz parte, é a nova realidade brasileira”, completou Marco Aurélio. (Agência O Globo)



# Empregados desistem de ações trabalhistas

Eles temem prejuízos, pois pela nova lei quem perde o processo tem de arcar com os honorários do advogado da parte vencedora

Caio Miranda

Uma das novas regras que passaram a valer com a reforma trabalhista é o pagamento dos honorários de sucumbência, indenização sobre os custos da parte vencedora com advogados.

Segundo especialistas em Direito do Trabalho, essa mudança na legislação tem feito os trabalhadores desistirem de ingressar com ações e, em alguns casos, até mesmo retirarem os processos na Justiça. Para o advogado Adriesley Esteves de Assis, justamente por esse risco, o empregado está mais cauteloso.

“Teve um cliente que trabalha na construção civil que entrou com uma ação com vários pedidos. Um deles era o pagamento de adicional de insalubridade. Só que, no setor de construção civil, não é obrigatório. Ele não desistiu da ação, mas desistiu desse pedido, para não ter de pagar os honorários de sucumbência nesse ponto”, disse.

Adriesley explicou que, por receio de uma derrota — e o consequente pagamento dos honorários de sucumbência —, muitas ações trabalhistas foram ajuizadas em 10 de novembro do ano passado, um dia antes de a norma passar a valer.

De acordo com o advogado José Carlos Rizk Filho, existe uma ex-



O **ADVOGADO** José Carlos Rizk Filho disse que existe expectativa dos juristas de que haja uma revisão da regra

pectativa dos juristas de que haja uma revisão da regra, que era antiga e tida como referência.

“Era uma regra que não trazia risco ao mais pobre, ao mais fraco, que é o trabalhador. Isso era um princípio muito antigo, de assistência. Provavelmente, terá uma revisão de jurisprudência.”

Para Rizk, a única parte interessante é a diminuição de ações inventivas, aventureiras. “O proble-

ma é a inibição de ações que efetivamente têm direito na reclamação, mas que podem não ganhar por falta de provas. É exagerada essa questão”, ponderou.

Rizk recomenda aos trabalhadores que estudam entrar na Justiça procurar um advogado de confiança, “porque o advogado não paga esses custos de sucumbência. Quem paga é o trabalhador”.

Ele também orienta que o em-

pregado deve dizer somente a verdade sobre o caso ao seu advogado, para que ele prepare a ação com fundamentos sólidos.

Já Adriesley diz que, antes de ingressar com uma ação, o trabalhador deve se certificar se há provas. “Se, por exemplo, você entra com uma ação para cobrar a falta de pagamento de horas extras, o fato é comprovado facilmente com o cartão de ponto e o contracheque”.

## TST reverte demissão não homologada em sindicato

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aceitou o recurso de uma funcionária de uma indústria de cosméticos para anular seu pedido de demissão da empresa e condenar o empregador a pagar as diferenças de verbas rescisórias.

De acordo com a decisão, o descumprimento da formalidade da homologação da rescisão do contrato de trabalho com assistência do sindicato da categoria anula a demissão do empregado.

Na reclamação, a trabalhadora alegou que foi coagida a pedir demissão após retornar de licença-maternidade e “sofrer intensa perseguição pela empresa”.

Antes, porém, a 81ª Vara do Trabalho do estado de São Paulo e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) consideraram válido o pedido.

A decisão do TST vai contra o entendimento previsto na reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro do ano passado.

A reforma extinguiu a obrigatoriedade de homologação do sindicato da categoria ou do Ministério do Trabalho.



TST: novo entendimento da lei

### NOVAS REGRAS

## Provas devem ser bem robustas

### Honorários de sucumbência

> PELA REFORMA TRABALHISTA, que entrou em vigor em 11 de novembro do ano passado, caso o trabalhador perca a ação, terá de arcar com as custas do processo e pagar honorários de sucumbência, devido aos ad-

vogados da parte vencedora.

> ANTES DA NOVA REGRA, esse risco ao trabalhador de ter de pagar à empresa por perder uma ação não existia.

> NA MAIORIA DOS CASOS, os tribunais têm entendido que a regra só vale para as ações trabalhistas ajuizadas após 11 de novembro de 2017, ou seja, a data que a reforma trabalhista entrou em vigor.

### Recomendações

> ESPECIALISTAS orientam que os trabalhadores só entrem com ações em casos que há provas robustas de que o fato reclamado aconteceu.

> OUTRA ORIENTAÇÃO é procurar um advogado de confiança, que avalie todos os riscos, e dizer a ele a verdade sobre todos os fatos que motivaram a ação, para que o processo seja redigido com fundamento.

Fonte: Especialistas consultados.

## Vendedor já foi condenado a pagar R\$ 750 mil a empresa

Um caso julgado pela Justiça do Mato Grosso no início deste mês chamou atenção sobre como é alto o risco da regra de sucumbência para o trabalhador. Um vendedor, após perder uma ação, foi conde-

nado a pagar R\$ 750 mil ao seu antigo empregador. O valor corresponde a 5% do valor total da ação — R\$ 15 milhões.

O processo, que ganhou repercussão nacional, corre desde 2016 e ainda cabe recurso na própria Justiça do Mato Grosso e em instâncias superiores.

Segundo os advogados trabalhistas José Carlos Rizk Filho e Adriesley Esteves de Assis, o entendimento da maioria dos magistrados tem sido de que a regra só pode ser aplicada para ações que foram ajuizadas após 11 de novembro do ano passado, data que a reforma trabalhista entrou em vigor.

“Nesse ponto de vigência da aplicação da norma, acredito que ela deveria ser aplicada também para todos os processos em curso, incluindo os de antes de novembro. Na Justiça comum é assim”, disse Adriesley.



ADRIESLEY: todos os processos

### SAIBA MAIS

### Lei mudou a homologação

> A DECISÃO do TST no caso da funcionária vai contra o entendimento previsto na reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro do ano passado.

> A REFORMA extinguiu a obrigatoriedade de homologação do sindicato da categoria ou do Ministério do Trabalho.

> ANTERIORMENTE, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todo funcionário que tivesse passado um ano ou mais na empresa, quando desligado, tinha que homologar a rescisão para garantir que os valores indenizatórios a receber estivessem corretos.

> O PROCESSO da funcionária foi distribuído antes da entrada em vigor da regra.

> OS ESPECIALISTAS que são críticos à mudança dizem que os trabalhadores poderão ficar desprotegidos com a nova norma.

Fonte: Pesquisa AT.



CARTEIRA DE TRABALHO: direitos



## Moro ordena sequestro de R\$ 16,5 milhões de Cunha

Responsável pelas ações da Operação Lava a Jato em primeira instância, o juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, determinou o sequestro de US\$ 5 milhões (R\$ 16,5 milhões) do patrimônio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB).

Foram confiscados três imóveis e uma fração de uma propriedade no Rio de Janeiro.

A decisão sobre o sequestro do patrimônio do deputado cassado atende a um pedido da força-tarefa da Operação Lava a Jato. O Ministério Público Federal, em Curitiba, havia solicitado ao magistrado que bloqueasse também os bens da mulher, a jornalista Cláudia Cruz, e dos filhos de Eduardo Cunha, além de empresas vinculadas ao ex-deputado.

A determinação está ligada a um processo que Cunha responde, com a ex-prefeita de Rio Bonito Solange Almeida, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em contratos dos navios-sonda Petrobrás 10000 e Vitória 10000.

---





**PLENÁRIO** do Supremo julgou inconstitucional dispositivo da Lei das Eleições que permitia doações ocultas

**FIM DAS DOAÇÕES OCULTAS**

# Mais transparência com decisão do STF

A proibição de doações sem discriminar a origem do dinheiro deve impedir o pagamento de "propina mascarada", segundo especialistas

**Brunella França**

A transferência de recursos dos partidos políticos para os candidatos nas eleições deste ano deverá discriminar a origem do dinheiro. Na última quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional um dispositivo da Lei das Eleições (9.504/1997) que permitia as chamadas doações ocultas.

Por unanimidade, os 11 ministros do STF decidiram suprimir da legislação o trecho que permitia que os partidos apresentassem, na prestação de contas dos candida-

tos, os valores transferidos a partir de doações "sem individualização dos doadores".

"A decisão traz mais transparência e objetiva impedir o mascaramento de pagamento de propina através de doações eleitorais fictícias aos partidos e que acabam na conta de campanha de candidatos", afirmou o presidente da comissão de Direito Eleitoral da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Luciano Ceotto.

Em 2015, o Congresso permitiu esse tipo de situação alegando que a doação poderia se manter oculta para impedir retaliações ou pressões sobre quem doou para um partido, em razão de suas convicções políticas.

A OAB apresentou a ação no Supremo que questionava a permissão. De acordo com a OAB, as doações ocultas permitidas pela Lei das Eleições eram contrárias aos "princípios constitucionais repu-

blicanos e de igualdade de oportunidades".

"De maneira geral, quem está no poder tem meios para pressionar pessoas com interesses e atividades governamentais a fazer doações. Não diria que a regra de transparência é um impeditivo para doação, mas, certamente dificultará esquemas fraudulentos utilizando a Justiça Eleitoral", complementou Ceotto.

Para o advogado especialista em Direito Eleitoral Marcelo Nunes, a prática de doações ocultas era "muito útil quando as empresas doavam, porque não era possível lastrear o dinheiro". Dessa forma, segundo ele, esse tipo de doação favorecia que verbas ilícitas fossem usadas nas campanhas eleitorais.

"A decisão do Supremo reafirma uma resolução que o Tribunal Superior Eleitoral já aplicava e preza pela transparência nas campanhas e toda ação em favor da transparência é bem-vinda", avaliou Nunes.

**ENTENDA O CASO**

**Doações ocultas**

> A LEI DAS ELEIÇÕES permitia as chamadas doações ocultas a candidatos. Os partidos podiam apresentar, na prestação de contas, os valores transferidos a partir de doações "sem individualização dos doadores".

> EM 2015, o Congresso permitiu esse tipo de situação alegando que a doação poderia se manter oculta para impedir retaliações ou pressões sobre quem doou para um partido, em razão de suas convicções políticas.

> NA ÚLTIMA SEMANA, os 11 ministros do STF decidiram suprimir o trecho da legislação, acatando a ação da Ordem dos Advogados do Brasil e uma resolução editada pelo Tribunal Superior Eleitoral, pela qual todas as doações de partidos a candidatos devem especificar a origem.

## Bancada defende mudança

Na Câmara Federal, os deputados capixabas elogiaram o Supremo Tribunal Federal e disseram que a medida, contrária a que recebeu sinal verde do Congresso, favorece a transparência.

"O STF está correto. Esse negócio de não saber quem doou não existe", disse Carlos Mannato (PSL). Para Evair de Melo (PV), "quem quer dinheiro escondido é porque tem uma vida a esconder e não deveria estar na vida pública."

"O simples fato de ser doação oculta já garante a suspeição da fonte dos recursos. Apoiamos a transparência total", destacou Norma Ayub (DEM). "Acredito que é um desdobramento da Lava a Jato. A operação mostrou que as empresas influenciaram nas eleições", disse Paulo Foletto (PSB).



**MANNATO diz que decisão é correta**

Givaldo Vieira (PCdoB), Helder Salomão (PT), Lelo Coimbra (MDB), Marcus Vicente (PP) e Sérgio Vidigal (PDT) também se manifestaram a favor. Jorge Silva (SD) não respondeu.



## AÇÕES NA JUSTIÇA

# MULTA PARA TRABALHADOR QUE MENTIR EM PROCESSO

## Penalidades estão mais severas com a reforma trabalhista

MIKAELLA CAMPOS  
mikaella.campos@redgazeta.com.br

O trabalhador entra na Justiça pedindo uma indenização do patrão. A causa parece sólida até que algumas contradições começam a vir à tona. De vítima essa pessoa passa a ser a vilã da história, correndo sérios riscos de sentir no bolso o peso de tentar enganar a Justiça do Trabalho.

Além de pagar multas de até 10% da causa, alguns profissionais acabam condenados a indenizar o empregador. As penalidades contra os "mentirosos" estão ainda mais severas com a reforma trabalhista e valem também para as testemunhas e para os advogados. A nova lei acrescenta aos "castigos" o pagamento das custas da ação e dos honorários advocatícios em situações em que a ação foi ajuizada numa tentativa de enriquecimento fácil.

Na última segunda-feira, 19, um trabalhador foi punido com multa de 10% do valor da causa por litigância de má-fé. Ele pediu R\$ 38 mil de uma grande empresa, acusando-a de não garantir a segurança no trabalho. Quando chegava no portão da fábrica, o empregado foi ferido por um outro funcionário da companhia com vários tiros.

A punição foi aplicada quando o juiz descobriu o motivo da tentativa de homicídio no ambiente profissional: o autor da ação havia recrutado o colega para uma pirâmide financeira. Ao quebrar, o esquema havia dado prejuízos financeiros

ao responsável pelos disparos.

Como a causa foi ingressada antes da nova legislação do trabalho, o empregado foi enquadrado apenas pelo Código Processual Civil. Conseguiu escapar de pagar as custas e os honorários, no entanto, terá que arcar com R\$ 3,8 mil corrigidos pela tabela dos índices trabalhistas do Tribunal Superior do Trabalho.

No dia 14, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-ES) também multou em 2% do valor da causa de R\$ 150 mil um chef de cozinha que acusava o ex-patrão de atrapalhar-lo a conseguir um novo emprego. Além dos R\$ 3 mil que terá que desembolsar, o trabalhador precisará indenizar o antigo empregador em um salário

mínimo.

Para provar a difamação, o profissional apresentou uma conversa do antigo patrão gravada pelo potencial novo empregador. Porém, o Tribunal entendeu que o trabalhador não deu detalhes sobre como obteve acesso ao áudio e também não identificou nada grave no diálogo.

A situação do trabalhador ficou ainda pior por conta das declarações contraditórias e confusas apresentadas por esse novo empregador, uma das testemunhas do processo. Foi revelado ainda que o autor da ação já havia ajuizado uma ação semelhan-

### MENTIRA

*"Alguns juízes já estão punindo até as testemunhas que prestam depoimentos mentirosos"*

MARCELO TOMOLEI  
JUIZ DO TRABALHO

te um ano antes contra outra pessoa.

A decisão, da segunda instância, foi mais branda do que a tomada pelo juiz de primeiro grau. Antes da sentença ser reformada, o chef de cozinha tinha sido condenado a pagar R\$ 15 mil de multa mais R\$ 15 mil de indenização.

### ALGO COMUM

As mentiras nos processos trabalhistas são muito comuns, segundo o juiz do Trabalho Fábio Bonisson. "É algo que acontece dos dois lados. Um exemplo disso é o patrão que apresenta cartão de ponto falso e o empregado que falta ao emprego, mas tem o ponto preenchido

por outro colega. São irregularidades que conseguimos descobrir durante o processo", explica.

Para definir a multa, acrescenta o magistrado, é analisado o grau da desonestidade tanto do patrão quanto do empregado, se é leve, moderado ou grave. No caso do trabalhador que mente, a indenização é fixada quando a empresa tem prejuízos financeiros ou a sua imagem caluniada.

"As punições estipuladas ao trabalhador não têm valores altos, pois nossa intenção é ser pedagógico", afirma Bonisson.

O juiz do Trabalho Marcelo Tomolei diz que, assim como o trabalhador e a empresa, testemunhas são usadas para propagar uma informação falsa a favor de um dos lados. "Acontece muito da testemunha falar algo diferente do que o empregado disse. Em certas situações, podemos entender que é apenas uma confusão. Mas, em outras, conseguimos perceber a má-fé". Ele acrescenta: "Alguns juízes já estão punindo as testemunhas que prestam depoimentos mentirosos".

### SAIBA MAIS

#### PENALIDADES PREVISTAS NO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL

▼ **Multa:** Ao mentir num processo, o trabalhador ou a empresa pode ser multado em até 10% do valor da causa.

▼ **Indenização:** É estipulada quando ocorre prejuízos materiais ou morais a um dos lados. No caso do trabalhador, ele pode ser condenado a indenizar a empresa se provocar despesas, por exemplo, para que a companhia se defenda do processo. A indenização também pode compensar os danos à imagem da empresa.

#### PENALIDADES PREVISTAS NA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

▼ **Pagamento de honorários de sucumbência:** O trabalhador que ingressa com um processo sem ter provas ou que mente pode ser obrigado a arcar com os honorários advocatícios. O percentual varia de 5% a 10% do valor da causa. No início do mês, um ex-funcionário de uma concessionária de caminhões no Mato Grosso não teve a mesma sorte e foi sentenciado a pagar R\$ 750 mil à empresa.

▼ **Assistência jurídica gratuita:** Ao inventar uma causa, o trabalhador pode perder o direito à Justiça gratuita, sendo obrigado a pagar também as custas do processo e outras despesas como o perito contratado pela Justiça para analisar as provas coletadas na ação.





egaspari@globo.com.br

**ELIO  
GASPARI****Tristeza**

O Supremo Tribunal Federal julga mas não julga, decide mas não decide. Seus ministros trabalham, mas

precisam sair cedo e, às vezes, têm mais o que fazer.

Os doutores falam uma língua que ninguém entende (salvo quando se insultam), e alguns deles transformaram as reuniões plenárias num cansativo BBB.

*No Rio Grande do Sul, ex-presidente passou por algo que jamais lhe aconteceu*

**Raio-X da Justiça**

A Associação dos Magistrados Bra-

sileiros patrocinará duas pesquisas. Uma, coordenada pelo sociólogo Antonio Lavareda, procurará saber as opiniões dos cidadãos sobre o Judiciário.

A outra, dirigida pelo professor Luiz Werneck Vianna, revisitará as descobertas feitas há mais de duas décadas, quando ele organizou o trabalho "Corpo e alma da magistratura brasileira". Publicada em 1997, a pesquisa baseou-se na análise de 4 mil questionários respondidos por juízes. Quem a leu não se surpreendeu com o aparecimento de figuras como Sergio Moro e Marcelo Bretas, bem como os três desembargadores do TRF-4.

"Corpo e alma" ensinou que surgira uma nova elite na magistratura. Em 1970, só 20% dos juízes tinham pais com formação universitária. Ao tempo da pesquisa eles eram 40%. Mais da metade eram filhos de funcionários pú-



DEZ ANOS DEPOIS

# “Eu aprendi a lidar com a dor”

TIAGO QUEIROZ/AGF

**Mãe de Isabella Nardoni conta como reconstruiu a vida após morte da filha**

Dez anos após a morte de Isabella Nardoni, 5, sua mãe Ana Carolina Oliveira, de 33 anos, afirmou que o único sentimento que existe hoje em dia é a saudade. “Eu realmente aprendi a lidar com a dor”, responde com naturalidade. Ao jornal O Estado de S. Paulo, a mãe da menina diz que superou a tragédia e refez a vida. Está casada, tem outro filho de 1 ano e (quase) 10 meses, o Miguel, e faz planos de engravidar de novo.

“A memória dela, para mim, é eterna. Tenho saudade, é claro, mas hoje não é uma ferida tão aberta.” O assassinato de Isabella, em 29 de março de 2008, atraiu holofotes do Brasil inteiro e até houve pedido para a Justiça transmitir ao vivo o julgamento. Parte da repercussão se explica: o júri entendeu que os autores do crime foram o pai, Alexandre Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Jatobá, condenados a 30 e 26 anos de cadeia,

respectivamente. Os dois alegam inocência, e a defesa recorre no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Quem cometeu era quem deveria protegê-la”, afirma a mãe, que prefere mudar de assunto a falar do casal. Concorde com a Justiça e acredita que os dois são culpados. “Uma pessoa que comete um crime desses deveria ficar presa o resto da vida dela”, diz.

“Deles, tenho dó.” Em duas horas de conversa, Ana Carolina mostra ser extrovertida. É mais fácil vê-la fazer piada do que chorar. Emocionou-se uma vez, ao contar que Isabella, estirada no jardim, ainda estava viva quando ela chegou ao Edifício London, o prédio dos Nardoni. “Acredito que me esperou para se despedir.”

## FAMÍLIA

Conheceu o marido, Vinicius Francomano, 31, às vésperas de ir estudar seis meses nos Estados Unidos. Eles se casaram em 2014: Miguel nasceu dois anos depois.

Isabella sorri em dois porta-retratos na estante da sala. Na parte de baixo do mó-



Ana Carolina Oliveira debruçada na estante da sala onde ficam os retratos da filha, Isabella Nardoni

## REVOLTA

*“Uma pessoa que comete um crime desses deveria ficar presa o resto da vida dela. Quem cometeu era quem deveria protegê-la”*

**ANA CAROLINA OLIVEIRA**

vel, estão um Fusca, uma Kombi e mais carrinhos de brinquedo do irmão, que não teve chance de conhecê-la. O apartamento fica a cerca de 1 km do London.

“Meu marido trabalha ao lado do prédio”, comenta Ana Carolina, sem dar importância à coincidência. Evitar dramalhão é um traço recorrente do perfil de Ana Carolina, que, nesses dez anos, chegou a ser alvo

de críticas por desconhecidos que a julgavam “fria”. “Não preciso aparecer chorando na TV para mostrar que sofri”, afirma hoje.

No luto, ela ficou sem comer, ganhou olheiras e evitou entrar no quarto que dividia com Isabella na casa dos pais. Fez terapia por anos. Uma década depois, segue no mesmo emprego de bancária. Também recebeu proposta para escrever

um livro e, certa vez, negou autógrafo a uma garota. “Não sou celebridade”, justifica. “É mais comum pedirem para dar um abraço. Ai, eu sempre dou.”

“Tenho lembranças boas, e não de sofrimento”, diz Ana Carolina, que guarda roupas, calçados e brinquedos de Isabella. Entre eles, um coelhinho de pelúcia com o qual ficou abraçada com o velório da filha. (AE)



## FAKE NEWS

## Facebook tira do ar perfis contra Marielle Franco

Após reportagens de O Globo, o Facebook tirou do ar ontem uma página e dois perfis associados à disseminação de fake news contra a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada na semana passada. Os perfis Luciano Ayan e Luciano Henrique Ayan foram identificados como falsos e apagados, por contrariarem as normas do Facebook. Já a página Ceticismo Político também foi apagada, por ser administrada por um perfil falso, o de Ayan.

Na última sexta-feira, reportagem revelou que uma publicação do Ceticismo Político foi a principal responsável por impulsionar a onda de acusações falsas contra Marielle, ao usar a publicação de uma desembargadora que estabeleceu uma falsa relação de Marielle com um traficante e uma facção do crime organizado. A mensagem foi compartilhada mais de 360 mil vezes no Facebook e foi replicada e depois apagada - pelo Movimento Brasil Livre (MBL).




 merval@oglobo.com.br

**MERVAL  
PEREIRA**


*Pedir vista é uma forma de impedir que o HC de Lula seja votado contra a jurisprudência. A posição majoritária do plenário já não é favorável à prisão em segunda instância*

## Estancar a sangria

Houve quem, às vésperas da sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) de quinta-feira, sugerisse a ministros favoráveis à prisão após condenação em segunda instância que interrompessem o julgamento do habeas corpus impetrado pela defesa de Lula com um pedido de vista.

Antevendo a provável vitória do ex-presidente, já que a ministra Rosa Weber demonstrava a tendência de manter sua posição original contrária à prisão antes do trânsito em julgado dos processos, o pedido de vista interromperia o julgamento do habeas corpus, permitindo assim que, após o término dos embargos de declaração pela 8ª Turma do TRF-4 de Porto Alegre, a prisão de Lula pudesse ser iniciada, respeitando a jurisprudência em vigor.

A ministra Rosa Weber, que alardeia aos quatro ventos sua posição altiva de respeitar o colegiado votando na Primeira Tur-

ma sempre com a jurisprudência em vigor, mesmo contra seu pensamento original, já dava sinais de que mudaria sua maneira de votar no plenário, aproveitando a tese, criada pelos que querem lhe dar tranquilidade para exercer a incoerência, de que no plenário é possível mudar de posição pois é ali que o colegiado se define.

E, como disse o advogado de Lula José Alfredo Batochio, todos sabem que a posição majoritária do plenário já não é favorável à prisão em segunda instância. Desde que o ministro Gilmar Mendes anunciou sua mudança de lado, fazendo com que a maioria apertada também mudasse em teoria a jurisprudência do STF.

Pedir vista seria uma maneira de impedir que o habeas corpus fosse votado contra a jurisprudência que está em vigor. A manobra jurídica não encontrou entre os defensores da atual legislação quem se dispusesse a congelar a votação de um habeas corpus, mesmo sabendo que do outro lado manobrava-se para burlar a jurisprudência atual no pressuposto de uma mudança que só existe no plano do pensamento, só se concretizará quando e se as ADCs (Ações Declaratórias de Constitucionalidade), que contestam a

prisão em segunda instância, forem julgadas.

Pois o que parecia uma manobra indigna a uns, está no plano de outros ministros, com objetivo oposto. Agora que o ex-presidente Lula ganhou seu presente de Páscoa em forma de uma liminar provisória que impedirá que a lei que está em vigor seja cumprida até que o STF encontre espaço na agenda de seus ministros para terminar o julgamento do HC, já pensam seus aliados políticos que seria uma boa solução que algum ministro favorável à concessão do habeas corpus pedisse vista para congelar mais uma vez a decisão.

Com isso, Lula ficaria protegido por uma liminar provisória que não tem prazo para terminar, evitando qualquer surpresa que possa acontecer na votação marcada para o dia 4 de abril. Uma surpresa já surgiu, no dia mesmo do julgamento: descobriu-se que o ministro Gilmar Mendes tem compromissos em Lisboa nesta data, e cogita não estar presente à sessão.

Seu voto não fará falta a Lula, pois o empate previsível de 5 a 5 beneficia o réu em questões penais. Que outras surpresas nos reservam os ministros do STF? A pressão para

votar as ADCs continuará, e pode servir de pretexto virtuoso para o pedido de vista. Uma demonstração de que é preciso votar primeiro as ADCs, para não criar uma situação esdrúxula de uma liminar da liminar ser eterna enquanto dure.

A verdade é que se lograrem alterar a jurisprudência, acabando com a possibilidade de prisão em segunda instância, e acabar o foro privilegiado como nós o conhecemos, não apenas Lula mas todos os que foram presos com base na atual legislação, sem preferência de partidos ou empresas, serão soltos, e ninguém mais será preso, pois os recursos dos recursos voltarão a prevalecer no panorama jurídico brasileiro.

O fim do foro privilegiado, proposto para moralizar o instrumento de proteção do cargo e não dos seus ocupantes, paradoxalmente servirá para blindar os que não honram o cargo que ocupam. Os avanços que alcançamos no combate à corrupção serão anulados e prevalecerá a proposta feita lá atrás por Romero Jucá, líder do governo no Senado, revelada por um áudio famoso, de fazer um acordão "com o Supremo e tudo", para estancar a sangria.



## ENTREVISTA

## Valdir Simão

# “O compliance não é para dar medo às empresas, mas para criar ambiente íntegro”

Advogado defende profissionalização da administração pública e ressalta que **sociedade só será justa** com a atuação de governos éticos

MIKAELLA CAMPOS  
mikaella.campos@redegazeta.com.br

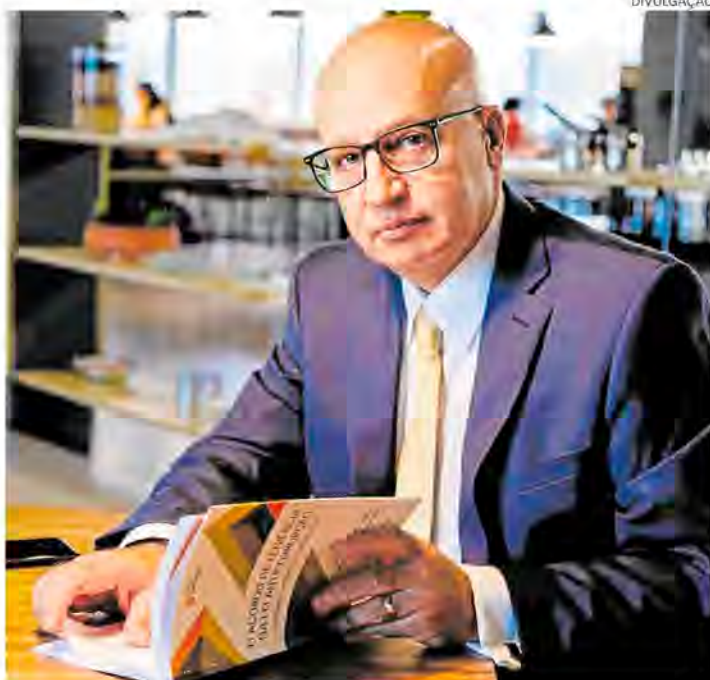
Quando a Lava Jato desbaratou o escandaloso esquema de corrupção entre a Petrobras, as maiores companhias do país e agentes políticos, muitas empresas – fornecedoras de órgãos públicos – passaram a enxergar na governança corporativa uma forma de blindar os negócios de esquemas fraudulentos.

Para o ex-ministro da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão, os programas de integridade adotados pelas empresas são uma resposta à sociedade que não tolera mais companhias corruptas nem estatais ocupadas por pessoas que não têm comprometimento com o interesse público.

Advogado, Simão é especialista em compliance – programa de integridade que estabelece um conjunto de normas com o intuito das corporações desenvolverem suas atividades dentro de um ambiente ético. Ele estará em Vitória na segunda-feira, 26, para participar do Fórum Brasil GRC – Governança, Riscos e Compliance, organizado pela ONG Espírito Santo em Ação. Confira entrevista:

**Foi a partir da Lava Jato que as empresas se deram conta da importância do compliance?**

A Lava Jato foi capaz de desvendando o maior escândalo de corrupção do país envolvendo grandes estatais, empresas privadas, agentes políticos e agentes públicos. Mas foi com a Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014, que as empresas pas-



saram a ser responsabilizadas por atos lesivos praticados por terceiros ou agentes em seus nomes. A punição pode ser de até 20% do faturamento ou a declaração de inidoneidade, que proíbe a empresa de contratar com a administração pública. Essas penalidades passaram a ser o temor das corporações. E uma saída importante é o programa de governança e integridade.

**Muitas empresas temem que esses programas afetem os negócios. Como evitar impactos no lucro?**

O compliance é importante, sou defensor, mas é necessário cuidado. Nenhum programa pode ter impacto negativo no processo deci-

“  
Não sou contrário que gente de fora ocupe cargo importante no setor público, mas essas pessoas devem ter perfil adequado para determinadas posições”

sório das empresas. A lei não se refere a uma integridade como uma etapa do processo decisório, que a decisão seja submetida a um departamento que vai dizer sim ou não. O que a lei quer disseminar é uma cultura de integridade que contamine toda a organização, que seja internalizada como um princípio, como um valor que pautar todas as decisões. Se não tomar cuidado e acabar desenvolvendo programas excessivamente rígidos, existe o risco disso refletir negativamente no resultado das empresas. Daí a importância de se desenvolver o compliance sem impactar na inovação, na liberdade interna de propor medidas, melhorias. O com-

pliance não é para dar medo, deixar as companhias com receio. Mas para criar ambiente ético e íntegro.

**Aumentou o número de organizações que buscam desenvolver esses procedimentos?**

Aumentou bastante, em especial as que contratam com o governo. Elas estão preocupadas em estabelecer programas de integridade para se protegerem de um eventual prática que as sujeitem a uma sanção. Elas também estão percebendo um movimento na administração pública para exigir esses programas.

**Isso será capaz de inibir atos de corrupção?**

Vai contribuir para a redução. São boas iniciativas.

**Na sua visão, como o país chegou a um estágio tão profundo de corrupção?**

É uma situação triste. Alguns indícios demonstram que a corrupção anda de mãos dadas com o descontrole, a falta de um ambiente adequado é propício para o desenvolvimento de uma relação promíscua. O segundo aspecto é que o excesso de burocracia do Estado brasileiro acaba afastando o bom cidadão, aquele que quer fazer negócios com o Estado de forma transparente, permitindo que aqueles que querem burlar o sistema encontrem brechas. O terceiro aspecto é a falta de profissionalização da administração pública. Não sou contrário que gente de fora ocupe cargo importante no setor público, mas essas pessoas precisam ter perfil adequa-

do para ocupar determinadas posições. O critério para ocupação de cargos precisa ser aperfeiçoado. A nova Lei das Estatais trouxe esses critérios, e tem até maio para ser implantada. Vamos ver se nas Estatais temos uma melhora na governança com a escolha de dirigentes com perfil adequado, com sistema de controle adequado, um mecanismo de gestão com comportamento ético.

**Quais são as suas expectativas após as eleições?**

Sinceramente, vejo com otimismo o futuro. Uma boa parte da administração pública é correta. Não tenho dúvidas que precisamos de uma reforma profunda do Estado, repensar desde carreiras, passando pela relação entre os cidadãos e as empresas do Estado, dar mais transparência e estimular o diálogo entre os setores público e privado. Que tenhamos um sistema que conjugue um aperfeiçoamento contínuo com mais integração entre as instituições responsáveis pelo controle com um desenvolvimento de uma relação mais ética entre as organizações. Acredito que o próximo período governamental vai estar preocupado com esse aprimoramento. Só vamos construir uma sociedade mais justa, mais solidária, se tivermos governos mais comprometidos com a ética com um olhar preciso nas necessidades do cidadão e na formulação de políticas públicas transformadoras. Um governo com foco naquilo que é essencial para mudar a vida das pessoas.



## CRIME EMBLEMÁTICO

# Morte do juiz Alexandre completa 15 anos sem julgamento de réu

**Justiça ainda não determinou destino do juiz aposentado Antônio Leopoldo Teixeira**

de VICTOR MUNIZ  
vimeo@redgazeta.com.br

Há 15 anos, exatamente no dia 24 de março, era escrito o episódio mais marcante e trágico da luta contra o crime organizado no Espírito Santo. E mesmo tanto tempo depois, um dos acusados de ser o mandante da morte do juiz Alexandre Martins de Castro Filho sequer foi a julgamento. Hoje, uma década e meia após o assassinato, a Justiça ainda não conseguiu determinar o destino do juiz aposentado Antônio Leopoldo Teixeira.

Após a denúncia do Ministério Público apontar o magistrado como uma das pessoas que planejaram o crime, a juíza da 4ª Vara Criminal, em 2009, pronunciou Leopoldo por

crime de omissão e o mandou a júri popular. Essa diferença entre ser o mandante e a acusação final de não ter feito nada para impedir o crime, fez com que a defesa do juiz apelasse o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O objetivo é anular a decisão de levar Leopoldo a júri popular. O processo se arrasta e o acusado sequer foi julgado. "A turma que julgou o recurso no STJ reconheceu essa disparidade, mas a turma julgadora ao invés de anular, de acordo com precedentes dela própria, manteve o júri. Ou seja, são duas coisas incompatíveis. Essa é a razão pela qual o STJ ainda não decidiu a respeito", disse Fabrício Campos, advogado de Leopoldo.

## TIROS

A execução aconteceu por volta das 7h45. Alexandre Martins foi a uma



NESTOR MULLER - ARQUIVO

Alexandre lutava contra o crime organizado no Estado

academia, em Itapoá, Vila Velha. Quando retornava para casa, foi surpreendido por dois bandidos de moto. Um deles desceu do veículo, foi em direção ao juiz e atirou duas vezes, acertando o braço e o peito. Ele correu, mas o criminoso atirou de novo, para decretar a morte do homem que era o símbolo da luta contra o crime organizado na época.

## ENVOLVIDOS

O responsável por matar o juiz foi Odessi Martins da Silva Júnior, o Lumbrigão. Junto com ele, estava Giliarde Ferreira de Souza. Os dois foram condenados e cumprem pena, sendo o assassino em regime semi-aberto, desde dezembro passado, e o segundo no aberto.

O coronel da reserva da Polícia Militar, Walter Gomes Ferreira, e o empresário e ex-policia civil Cláudio Luiz Andrade Baptista,

o Calu, são os outros dois apontados, junto com Leopoldo, de serem os mandantes. Calu foi inoventado em julgamento realizado em 30 de agosto de 2015. Ferreira foi o único condenado, no mesmo dia, por planejar a execução e cumpre pena na cadeia do Quartel da PM, em Maruípe.

Os outros envolvidos e condenados por atuarem como intermediários foram Fernandes de Oliveira Reis, o Cabeção, Heber Valencio, Leandro Celestino dos Santos, o Pardal, Ranielson Alves da Silva e Andre Luiz Barbosa Tavares, o Yoxito.

Todos já cumpriram suas penas e estão soltos, com exceção a Fernandes, que ainda está em regime fechado, pois havia sido condenado por outro crime e as penas se somaram. Cabeção está na Penitenciária de Segurança Máxima II (PSMA II) de Viana.

## INDIGNAÇÃO

**"ELE PAGOU UM PREÇO CARO, MAS FOI UM MARCO"**

Alexandre Martins  
Pai da vítima

de A demora no julgamento do juiz Antônio Leopoldo Teixeira causa indignação e revolta no pai de Ale-

xandre, o advogado Alexandre Martins de Castro. **Qual o sentimento do senhor ao ver que o juiz Leopoldo sequer foi a julgamento?**

O coronel Ferreira está preso, o Calu foi inoventado, chegou a ficar preso por outro crime, mas o único que está solto mesmo é o Leopoldo, porque foge do julgamento, entra com recurso em cima de

recurso. Se você pegar um cara, julgar e ele sair inoente, dá para dizer ainda que a Justiça cumpriu seu papel. Mas quando esse cara não é julgado e nem preso, isso é uma injustiça. Ele tem dinheiro, contrata bons advogados.

**E como acha que ele consegue isso?**

Tem duas formas de se defender. Uma é dizer que não fez, a outra é recurso

GUILHERME FERRARI - 24/08/2015



em cima de recurso. Ele não diz que não fez, fica evitando ser julgado. É uma defesa protelatória de quem sabe que vai ser condenado.

**O que acha que o Alexandre representa para o Espírito Santo?**

Meu filho se tornou um símbolo, um capítulo que fez mudar a história do crime organizado no Estado. Até a morte dele,

eles faziam e aconteciam, mas a partir dali a sociedade passou a perceber a força que tinha esse crime organizado. Ali o Estado passou a lutar contra. Hoje a qualidade de vida é melhor pelo papel dele. Todos reconhecem que a morte dele foi uma virada de página. Tenho muito orgulho disso. Embora ele tenha pago um preço muito caro, foi um marco.

## FRAUDE NA SAÚDE

# Empresários acusados por réuso de produtos cirúrgicos saem da cadeia

**Denunciados foram presos em caráter preventivo na operação do Nuroc**

de Os empresários Marcos Roberto Khroling Stein e Gustavo Deriz Chagas, presos na primeira fase da Operação Lama Cirúrgica, foram libertados na noite última quinta-feira.

Em sua decisão a juíza Cristina Eller Pimenta

Bernardo, da Quarta Vara Criminal da Serra, relata que a prisão preventiva, ocorrida em 16 de janeiro deste ano, estava sendo revogada porque os investigados colaboraram com a investigação, destacando a manifestação da autoridade policial.

O advogado deles, Raphael Câmara, confirmou a soltura de seus clientes, alegando que não poderia con-

ceder mais informações porque o processo tramita em segredo de Justiça. Só adiantou que aguardam agora a decisão do Ministério Público Estadual (MPES) se irá ou não denunciar os investigados. "Os meus clientes estão agora se recuperando do abalo emocional do período na prisão e contam com o total apoio da família. Vamos aguardar a conclusão das investiga-

ções", relatou.

Marcos Roberto e Gustavo foram presos na 1ª fase da Operação Lama Cirúrgica. São apontados como os proprietários da empresa Golden Hospitalar. Eles foram detidos junto com o enfermeiro Thiago Waiyn, solto no último dia 21 de fevereiro.

Os três são suspeitos de adulterar produtos cirúrgicos na área ortopédica



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Marcos Roberto e Gustavo foram presos em ação

em hospitais privados para obter mais lucro e foram acusados de lavagem de dinheiro, formação de or-

ganização criminosa, estelionato, falsidade ideológica e adulteração de produtos medicinais.





## Fux faz visita a Hartung

Um dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a votar contra a liminar que proíbe a prisão do ex-presidente Lula até o dia 4 de abril, Luiz Fux esteve ontem no Estado.

Fux almoçou com o governador do Estado, Paulo Hartung (MDB), e com juizes e desembargadores capixabas, no Palácio Anchieta. Após o almoço, participou de uma palestra da

Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (Esmages), no TJ-ES.

O vice-presidente da Associação de Magistrados do Estado (Amages), juiz Sérgio Ricardo de Souza, disse que a vinda de Fux foi exclusivamente para a palestra, onde falou sobre o Código Processual Civil de 2015, tema do encontro. "Ele não falou de questões políticas", disse.



FAIXA EXCLUSIVA EM CAMBURI

# “Falamos em conforto no ônibus, mas quem vai pagar por isso?”

**Prefeito Luciano Rezende defende Linha Verde e afirma que, para transporte público melhorar é preciso parar de usar o carro**

**Rafael Gomes**

Inaugurada no último dia 12 e suspensa nove dias depois pela Justiça, a faixa exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini, em Vitória, recebeu críticas desde que começou a funcionar. Uma delas é de que o transporte público precisaria melhorar antes da criação de um corredor exclusivo. Para o prefeito Luciano Rezende, no entanto, a lógica é exatamente ao contrário.

“Como melhorar um sistema que está prestes a fragmentar? Falamos em investir em conforto, colocar ar-condicionado, mas quem vai pagar por isso? Quando tem revisão de tarifa, é uma polêmica danada”, afirmou o prefeito em entrevista ao jornal **A Tribuna**.

Segundo Luciano Rezende, uma das explicações para a criação da chamada Linha Verde é fazer com que as pessoas deixem de usar o carro para andar de ônibus. No entanto, ele reconhece que as condições atuais do transporte coletivo não favorecem essa migração.

“É por isso que estamos criando a Linha Verde. A ideia é melhorar a velocidade das viagens para atrair passageiros, que geram mais recursos para melhorar o sistema”.

## TRÂNSITO

O projeto também sofreu diversas críticas por conta do trânsito em outras vias da cidade. Segundo moradores e motoristas, as filas aumentaram na avenida Saturnino de Brito, Praia do Canto, assim como o tempo até Camburi.

Luciano, no entanto, rebateu dizendo que os congestionamentos são os mesmos de antes. “Ainda estamos avaliando os números, mas o trânsito (nas outras vias) sempre foi pesado”, disse.

**A TRIBUNA** – O senhor espera uma reação tão negativa contra a Linha Verde??

**LUCIANO REZENDE** – Quando nós implantamos o parquímetro, a reação (negativa) foi enorme. Na Rua de Lazer, em Camburi, aconteceu a mesma coisa. Hoje, a

“Tudo está dentro do previsto. Ao mexer no trânsito, há questionamento, mas é por isso que o sistema precisa de tempo”



**LUCIANO REZENDE:** prefeitura não abrirá mão do corredor exclusivo

Rua de Lazer fica lotada, o trânsito fica um pouco mais lento, mas ninguém reclama. Tudo está dentro do previsto. Ao mexer no trânsito, há questionamento, mas é por isso que o sistema precisa de tempo. Quando a faixa estiver toda implantada (pela cidade), todos vão se sentir bem para usar os ônibus.

**> Uma das críticas é de que o congestionamento aumentou. O senhor reconhece que o trânsito ficou mais complicado?**

Ainda estamos avaliando os números. Do primeiro dia (da Linha Verde) até (a última) terça-feira, a melhora foi enorme. Tivemos dois dias com acidentes que pararam tudo. Eu andei dentro da Linha Verde no horário de pico, das 17h30 às 20h e fui vendo a melhora. Também ando fora dela, mas o trânsito sempre foi pesado.

**> A principal alegação da Justiça para a suspender a Linha Verde foi de que não houve diálogo com a população. Quando os moradores foram avisados?**

Isso causou surpresa, pois a Linha Verde é parte do Plano de Mobilidade Urbana, que começou a

ser discutido em 2007. Discutimos também no Plano Plurianual no ano passado e também no Plano Diretor Urbano, por dois anos. Nas duas últimas eleições, a faixa era proposta de todos os candidatos. Foi discutido exaustivamente.

**> Por que o projeto começou pela Dante Michelini?**

É um local onde passam muitas linhas de ônibus e era mais fácil começar por lá.

**> Antes de implantar em outros locais, a prefeitura vai conversar com os moradores?**



“A cidade tem que decidir se quer entrar de vez no transporte público ou continuar andando de carro”

**TRÂNSITO na Praia do Canto ficou quase parado por causa da adoção do corredor exclusivo. Prefeito afirma que é uma fase de adaptação e que a tendência é a melhora do fluxo de veículos**

O diálogo é permanente. Nossas equipes estão abertas ao diálogo. Estamos ouvindo as críticas e as sugestões. Tudo isso é importante e vai continuar. A Linha Verde é uma escolha que a cidade terá de fazer, não só a prefeitura. A cidade tem que decidir se quer entrar de vez no transporte público, que é a única saída para todas as cidades brasileiras, ou continuar andando de carro, o que causará um caos daqui há cinco anos.

**> Mas, da forma como o transporte público é hoje, é possível o motorista deixar o carro e passar a usar ônibus?**

Ainda não é possível. E esse é um dos motivos para implantar a Linha Verde. Como melhorar um sistema que está prestes a fragmentar? A situação (financeira) do sistema municipal está complicada, com a perda de passageiros. Falamos em investir em conforto no ônibus, colocar ar-condicionado. Mas quem vai pagar por isso? Quando tem revisão de tarifa, é uma polêmica danada. E é por isso que criamos a Linha Verde. As pessoas falam que tem que melhorar o sistema antes da Linha Verde. É o contrário. A ideia é melhorar a velocidade das viagens para atrair mais passageiros, que geram mais recursos para melhorar o sistema.

**> Então não haverá outros investimentos?**

Inauguramos (na quarta) a nova linha circular (Enseada do Suá-Jardim Camburi). Fizemos com quatro dias de Linha Verde. Virão outras melhorias. É um processo.

**> Como está o recurso para reativar a Linha Verde?**

Vamos defender o projeto. A liminar foi dada sem ouvir a prefeitura. A procuradoria vai encaminhar (recurso) para que a gente possa discutir o plano de mobilidade no campo administrativo.



**PLACA** avisa que via está liberada

## Recurso da prefeitura será analisado por desembargador

A decisão de manter a suspensão da faixa exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini ou liberar o sistema estará nas mãos de um desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Ele vai analisar o caso assim que a Procuradoria do município entrar com o recurso, o que ainda não tem data certa para acontecer.

Caso a Justiça acate o pedido da prefeitura, a faixa de 3,8 quilômetros voltaria a ter o acesso proibido para carros e motos. No entanto, independente da decisão, ainda caberia recurso – tanto da prefeitura quanto do advogado que entrou com a ação. Se isso acontecer, o novo recurso será analisado por um colegiado do TJ-ES.

A faixa que seria exclusiva para ônibus, táxi e van está liberada para qualquer tipo de veículo desde a última terça-feira, quando a administração municipal foi notificada pela Justiça.

Na decisão, o juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que a prefeitura violou regras previstas na legislação federal – já que a população não teria sido consultada sobre a implantação do sistema.

Responsável pela ação que suspendeu a Linha Verde, o advogado Amarello Santos acredita que a Justiça não vai acatar o pedido da prefeitura. “Não houve participação popular e a tese foi acatada pelo juiz. A possibilidade de reversão é pequena”, disse.

Para suspender a faixa exclusiva, a Justiça acatou o pedido da moradora de Jardim Camburi Licia Narciso, de 47 anos. A alegação é de que a prefeitura descumpriu a Lei Federal 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto com os moradores antes da execução. “O projeto foi implementado sem que houvesse participação popular prévia, o que compromete a eficiência”, afirmou o juiz em sua decisão.

Já a prefeitura alegou, em nota, que o projeto foi discutido com a população por meio de audiências sobre o Plano de Mobilidade Urbana, o Plano Plurianual e o Plano Diretor Urbano.



## José Carlos Corrêa

Escreve aos sábados neste espaço

E-mail: jccorreavix@gmail.com

/// Para Barroso, Lava Jato tem mérito de revelar que “a corrupção no país é fruto de pacto oligárquico, saque ao Estado, para beneficiar campanhas e bolsos privados”

# Quatro anos de Lava Jato

A Operação Lava Jato, que completou quatro anos no sábado passado, pode ser considerada como o acontecimento mais relevante da história contemporânea brasileira. Nunca antes neste país – para tomar emprestada uma expressão muito usada por um dos seus condenados – tantos “peixes graúdos” foram investigados e punidos. Como lembra o ministro Luiz Roberto Barroso, há um presidente da República denunciado duas vezes, um ex-presidente condenado, outro ex-presidente denunciado, três ex-presidentes da Câmara dos Deputados presos, sem falar nos chefes da Casa Civil, ex-governadores e empresários de grande porte que estão ou estiveram atrás das grades.

Os resultados da Lava Jato são expressivos: foram 150 acordos de colaboração premiada, 1,7 mil procedimentos de investigação, 877 buscas e apreensões, 221 conduções coercitivas, 97 prisões temporárias e seis em flagrante, e 165 condenações, segundo dados divulgados no final do ano passado. Os números mais recentes indicam que foram recuperados R\$ 11,5 bilhões que haviam sido desviados de órgãos públicos. A Petrobras já recebeu de volta R\$ 1,5 bilhão.

A prisão do doleiro Alberto Youssef, que

deu início à série de descobertas que desbarataram a maior rede de corrupção da nossa história, ocorreu em 17 de março de 2014. Três dias depois, era deflagrada a 2ª fase da operação, que resultou na prisão do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Renato Duque, também ex-diretor da Petrobras, foi preso na 7ª fase denominada de “Juízo final” em 14 de novembro. Após 48 fases da operação, 43% dos senadores, 27% dos deputados federais e 25% dos ministros do governo foram ou estão sendo investigados.

Segundo o ministro do STF, Luiz Roberto Barroso, a Operação Lava Jato tem o grande mérito de revelar que “a corrupção no Brasil é fruto de um pacto oligárquico, de saque ao Estado, para beneficiar campanhas eleitorais e bolsos privados”. Diz Barroso que o padrão de fazer política e negócios no Brasil pode ser assim resumido: o “agente político relevante nomeava alguém com metas de fazer dinheiro”, esse alguém fraudava licitações, superfaturava contratos e desviava recursos “para partidos e pessoas”.

Considera Barroso que “a sociedade brasileira não tolera mais isto”. Ele acredita que nós, brasileiros, que já temos – graças à Lava Jato – a real percepção da dimensão que a corrupção assumiu no país, não devemos perder a enorme oportunidade que temos de “empurrar a história para uma direção diversa” da atual.

E a primeira oportunidade está bem próxima de nós: são as eleições de outubro.



## ELEIÇÃO PARA PROCURADOR-GERAL

## A LISTA TRÍPLICE

MARCELO PREST - 05/05/2014



## EDER PONTES

## Buscando o terceiro mandato

Atual subprocurador-geral de Justiça administrativo, Eder Pontes já comandou a instituição por quatro anos (de 2012 a 2016) e foi sucedido por sua aliada, Elda Spedo. Foi nomeado, na duas ocasiões, pelo ex-governador Renato Casagrande (PSB) e mantém um bom relacionamento com Paulo Hartung (PMDB)

CACÁ LIMA - 04/03/2013



## MARCELLO QUEIROZ

## Principal opositor ao atual comando do MPES

É o 13º promotor da Justiça Criminal de Vila Velha e já presidiu a Associação Espírito-Santense do Ministério Público por dois mandatos, de 2011 a 2015. Em 2016, Marcello Queiroz também concorreu ao posto de procurador-geral de Justiça, e ficou em segundo lugar na lista tríplice. Elda Spedo liderou e foi escolhida.

MPES/DIVULGAÇÃO



## NICIA SAMPAIO

## Defensora de um processo de renovação no MPES

Atua como 14ª promotora de Justiça Cível de Vila Velha e possui 26 anos de carreira no Ministério Público. Sempre atuou voltada, principalmente, à área dos direitos fundamentais, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Ela defende a alternância de poder na administração do Ministério Público Estadual.

# MINISTÉRIO PÚBLICO TEM DIA DE ELEIÇÃO ACIRRADA

## Eder Pontes teve um voto a mais que Marcello Queiroz

### LETÍCIA GONÇALVES MAÍRA MENDONÇA

A eleição da lista tríplice por meio da qual será escolhido o novo procurador-geral do Ministério Público Estadual (MPES) foi acirrada: o procurador-geral de Justiça administrativo, Eder Pontes, obteve 167 votos, e o promotor de Justiça Marcello Queiroz, 166.

Os dois, no entanto, não estão separados por apenas um voto. Eles representam figuras antagônicas, ao menos na disputa pelo cargo. Eder é o candidato da situação, comandado da situação, comandou o MP por dois mandatos seguidos e é apoiado pela atual procuradora-geral, Elda Spedo. Já Queiroz é o principal nome da oposição ao atual grupo que chefia a instituição.

Em terceiro lugar ficou a promotora Nícia Sam-

paio, com 104 votos, que também defende a alternância de poder.

A escolha de quem vai ficar à frente do Ministério Público no biênio 2018/2020 cabe ao governador Paulo Hartung (PMDB). Ele pode ungar qualquer um dos três, independentemente da quantidade de votos. O resultado da votação será enviado ao governador em até 72 horas e ele terá 15 dias para decidir.

Eder foi nomeado pelo ex-governador Renato Casagrande (PSB) em 2012 e 2014, mas mantém bom relacionamento com o peemedebista. Em 2012, aliás, Casagrande e Hartung ainda eram aliados. Já Marcello Queiroz conta com o apoio de dois ex-integrantes da equipe do atual governa-

do, com 104 votos, que também defende a alternância de poder. A escolha de quem vai ficar à frente do Ministério Público no biênio 2018/2020 cabe ao governador Paulo Hartung (PMDB). Ele pode ungar qualquer um dos três, independentemente da quantidade de votos. O resultado da votação será enviado ao governador em até 72 horas e ele terá 15 dias para decidir.

Eder foi nomeado pelo ex-governador Renato Casagrande (PSB) em 2012 e 2014, mas mantém bom relacionamento com o peemedebista. Em 2012, aliás, Casagrande e Hartung ainda eram aliados. Já Marcello Queiroz conta com o apoio de dois ex-integrantes da equipe do atual governa-

do, com 104 votos, que também defende a alternância de poder. A escolha de quem vai ficar à frente do Ministério Público no biênio 2018/2020 cabe ao governador Paulo Hartung (PMDB). Ele pode ungar qualquer um dos três, independentemente da quantidade de votos. O resultado da votação será enviado ao governador em até 72 horas e ele terá 15 dias para decidir.

## VOTAÇÃO

Candidato	Votos
Eder Pontes	167
Marcello Queiroz	166
Nícia Sampaio	104
Sueli Lima e Silva	68
Alexandre Guimarães	45
Márgia Mauro	21

mente os colegas podem dizer. Vamos aguardar o governador fazer a escolha dele. Tenho certeza de que ele fará a melhor escolha", afirmou.

Nícia Sampaio reforça que nos últimos anos o MPES passou por um processo de ampliação de sua estrutura física, mas não investiu em recursos humanos. "É preciso voltar a investir em qualificação permanente. Temos vocações diversas dentro da instituição e precisamos de um planejamento para que todos os atores coloquem seu papel a serviço da sociedade, mas não de forma isolada".

Do total de 289 membros do MPES, 287 participaram da votação que elegeu a lista tríplice.

Também disputaram a eleição a promotora de

Justiça da Mulher, Sueli Lima e Silva (68 votos), o chefe da Procuradoria de Justiça Recursal e ouvidor do MPES, Alexandre José Guimarães (45 votos), e a 2ª promotora de Justiça da Infância e Juventude de Vitória, Márgia Chianca Mauro (21 votos).

## NO PÁREO

Em 2016, a vantagem aberta por Elda Spedo – que era a candidata à chefia do MPES apoiada por Eder Pontes – foi significativa. A promotora obteve 175 dos 299 votos, o equivalente a quase 60% da preferência dos membros da instituição. Nessa mesma época, Marcello Queiroz ocupou o segundo lugar no páreo, um pouco mais atrás, com 103 votos.

No entanto, o promotor parece ter reduzido a dis-

tância diante da oposição, conquistando mais aliados ao longo dos dois últimos anos. Ele e Eder Pontes, já foram aliados, mas romperam a ligação e se distanciaram, sobretudo a partir de 2016.

Em entrevista concedida a A GAZETA em janeiro deste ano, Queiroz destacou que não pode haver "perpetuação do poder" no MPES. "Tem que ter outras lideranças, com outras ideias, para aprimorar o que não estiver funcionando bem e manter o que estiver. É renovação com unidade e transparência", sustentou.

Já Eder Pontes fez, em um folder de campanha, a defesa de sua administração: "Não há espaço para riscos e amadorismos. Ao revés, a grandeza do Ministério Público exige condução firme e experiente".



CÂMARA DA SERRA

# Ação para descontar salário de vereadores

**Ministério Público fecha cerco contra grupo que apenas marca presença e abandona sessões**

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

O Ministério Público do Espírito Santo (MPES) entrou com uma ação na Vara da Fazenda Pública Municipal da Serra contra os 14 vereadores que vêm boicotando as sessões da Câmara do município. O objetivo é que os legisladores deixem de receber parte do salário a cada vez que registram presença e não permanecerem na sessão.

No total, três sessões ordinárias e duas extraordiná-

rias foram convocadas, mas não aconteceram por não haver um número mínimo de vereadores presentes. Na última segunda-feira e na quarta, o grupo de 14 vereadores apenas registrou a presença na Câmara e se retirou em poucos minutos. Pelo regimento interno da Casa, ao fazerem isso eles ganham o direito de receber pelo dia de trabalho.

Mas o Ministério Público quer reverter essa situação. De acordo com o pedido de liminar (decisão provisória), o MP quer que a Lei Municipal nº 4.565/2016 (que determina desconto proporcional ao salário do vereador que não justificar



Câmara da Serra: 14 dos 23 vereadores se ausentam

ausência) seja cumprida também nesses casos.

Sendo assim, para cada sessão em que o vereador apenas registrasse presença e não permanecesse até a fase das votações, seriam des-

contados R\$ 575,52, o equivalente a 1/16 do salário total, que é de R\$ 9.208,33.

Caso o pedido seja aceito pela Justiça, a Câmara da Serra deverá adotar um procedimento de con-

**NO BOLSO**

**R\$ 575**

**é o valor que pode ser descontado por dia**

A cifra corresponde a 1/16 do salário de um vereador da Serra.

trole de frequência dos vereadores às sessões, "sendo considerado ausente o vereador que não registre presença até o início da Ordem do Dia e participe das votações". A Casa está sujeita a multa de R\$ 1 mil por dia no caso de descumprimento.

O protesto dos vereadores teve início desde que a vereadora Neidia Pimentel (PSD) deixou de presidir a Mesa Diretora da Casa, cuja eleição, em janeiro de 2017, foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJES). A vereadora também já havia sido afastada de suas funções por responder a um processo. Ela e o ex-controlador da Câmara, Flávio Serri, são acusados de encabeçar um esquema de rachid envolvendo servidores fantasmas.

Ontem a Justiça negou, pela quarta vez, o afastamento da atual Mesa Diretora, presidida pelo vereador Rodrigo Caldeira (Rede).



# Servidores do Estado vão ter 4 dias de feriadão

Governo decretou ponto facultativo na quinta, dia 29. Escolas terão aula normal e param apenas na Sexta-Feira da Paixão

Rafael Gomes

**A** Semana Santa será de feriado prolongado para os servidores públicos do Estado: eles terão quatro dias de descanso entre a quinta-feira (29) e o domingo de Páscoa. Com isso, os órgãos públicos estaduais não vão funcionar. Já as escolas terão aula normalmente, paralisando apenas na Sexta-Feira da Paixão (30), feriado nacional.

Na quinta e na sexta haverá expediente apenas nos órgãos do Estado que trabalham em regime de escala ou que não admitem paralisação, como hospitais. O ponto facultativo foi decretado pelo governador Paulo Hartung e foi publicado hoje no Diário Oficial.

Em Vitória, não haverá aula nas escolas e creches municipais na quinta e na sexta. Nos outros órgãos públicos da capital, as atividades só vão ser paralisadas na sexta-feira. O Pronto-Atendimento de São Pedro e o Pronto-Atendimento da Praia do Suá vão manter o plantão 24 horas.

Já em Vila Velha, Serra e Cariacica, as aulas serão paralisadas apenas na sexta-feira, data em que os setores administrativos também não funcionam.

A Prefeitura da Serra ainda não



**PRONTO-ATENDIMENTO DA PRAIA DO SUÁ** vai funcionar em regime de plantão 24 horas durante o feriado

definiu como será o funcionamento das repartições públicas na quinta-feira. Nos outros municípios, os serviços vão funcionar normalmente neste dia.

Em Vila Velha, os serviços essenciais como os prontos-atendimentos da Glória e de Cobilândia, e o Hospital Maternidade de Cobilândia, vão funcionar normalmente. Já na Serra, a urgência e a emergência da UPA de Carapina, UPA de Serra-Sede e a Maternidade de

Carapina vão funcionar com plantão 24 horas.

Em Cariacica, o Pronto-Atendimento 24 horas do Trevo de Alto Laje funciona normalmente, assim como os PAs de Bela Vista e Nova Rosa da Penha I.

## SHOPPINGS

Na sexta-feira, as lojas dos shoppings Vitória, Norte-Sul e Praia da Costa vão funcionar das 14h às 20h. Já as lojas do Boulevard

Shopping, Shopping Moxuara e do Shopping Vila Velha vão abrir das 13h às 21h. Nos shoppings Mestre Álvaro e Montserrat, o funcionamento das lojas vai das 15h às 21h.

Em todos eles, a praça de alimentação funciona entre 11h e 22h. Já as lojas do Shopping Jardins estarão fechadas na sexta-feira. Entre os supermercados, o Extrabom e o OK abrem das 8h às 18h. Já o Carrefour funciona das 8h às 21h na sexta-feira.



## Tribunal nega auxílio retroativo a servidor

Depois de quatro anos de tramitação, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) decidiu sobre o pagamento de valores retroativos do auxílio-alimentação de 55 mil servidores do Executivo Estadual, tendo como base o ano de 2009.

A Corte negou provimento à ação movida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais (Sindipúblicos), por maioria dos votos dos desembargadores.

Agora, o sindicato irá recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“Vamos recorrer ao STJ. Na verdade, o TJ-ES já tem esse histórico de negar direitos aos servidores do Executivo Estadual”, disse o consultor jurídico do sindicato, Amarildo Batista.

A exigência dos servidores é de que o Estado pague à categoria o retroativo do auxílio-alimentação dos funcionários que recebiam na modalidade de subsídio, e que, antes de uma decisão da Assembleia Legislativa, em agos-

to de 2017, não tinham direito ao benefício.

“Desde que entramos com a ação, em 2014, tínhamos dois pedidos: o direito de quem recebe por subsídio ter acesso ao auxílio-alimentação e ao retroativo. A Assembleia concedeu a primeira parte do pedido. Já o TJ nos tirou o direito de ter os valores atualizados”, destacou Batista.

THIAGO COUTINHO - 02/08/2016



FACHADA DO TJ-ES: recusa

## Promotoria quer corte do ponto de vereadores

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) apresentou denúncia contra os vereadores da Serra que não estão cumprindo com suas funções na Câmara, indo apenas registrar presença e saindo em seguida, durante cinco sessões.

De acordo com informações da denúncia do MP-ES, 14 parla-

mentares não estão indo às sessões, em boicote ao afastamento da vereadora Neídia Pimentel (PSD) de seu cargo pela Justiça.

O órgão ministerial pede o corte do salário dos vereadores faltosos, no processo que tramita na Vara da Fazenda Pública Municipal da Serra.

O MP-ES alega que as faltas têm registrado dificuldade na formação de quórum para a realização dos trabalhos na Casa.

Em outra frente, a juíza Telmelita Guimarães Alves negou ontem o pedido de afastamento da atual Mesa Diretora da Câmara, que é presidida pelo vereador Rodrigo Caldeira (Rede).

O processo pedia a anulação da eleição que definiu a presidência da Casa em janeiro de 2017. O pedido, feito na última quinta-feira, é de 12 vereadores que apoiam Neídia Pimentel.

Essa já é a quarta decisão envolvendo afastamento de presidentes da Casa desde julho de 2017.

LEONE IGLESIAS - 18/05/2018



CALDEIRA: decisão favorável



# Advogados veem habeas corpus como nova fronteira no Supremo

**Nove condenados em 2ª instância na Lava Jato estão presos e podem pedir liberdade**

BRASÍLIA

Juristas e advogados—criminalistas e constitucionais—consideram que a decisão do Supremo Tribunal Federal, que garantiu o julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula (PT), consolidou o entendimento de que iminentes prisões após condenações em segunda instância podem ser questionadas por meio desse recurso. Comemorada pelas defesas de investigados e condenados em operações contra corrupção, a decisão do STF recebeu críticas de representantes do Ministério Público Federal.

Um ministro aposentado do Supremo, que preferiu falar em caráter reservado, observa que a decisão da Corte de conceder a liminar pedida pela defesa de Lula, para impedir os efei-



CARLOS MOURA/STF

Sessão do Supremo Tribunal que deu "salvo-conduto" ao ex-presidente Lula

tos de uma eventual ordem de prisão contra o petista até que seja julgado o mérito do habeas corpus, estabelece o entendimento de que os recursos podem ser acolhidos para evitar o cumprimento de pena após condenação em segunda instância. O plenário, até

então, não havia se debruçado sobre o assunto e as Turmas, quando o fizeram, concluíram de forma "discrepante" entre elas.

Em Curitiba, jurisdição original da Lava Jato, há até 121 condenados, sendo que 20 já foram também sentenciados na segunda

instância pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4). Destes, nove já estão presos e 11 aguardam análise de recursos no tribunal, incluindo Lula.

Instituições que fazem parte das duas ações declaratórias de constitucionalidade que contestam a prisão

## PRÁTICA

*"Na prática, fica expressa a admissibilidade do habeas corpus em casos como o analisado (de Lula)"*

**DANIEL GERBER**  
ADVOGADO  
CRIMINALISTA

após condenação em segunda instância avaliam apresentar já na próxima semana um pedido que a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, pautou o julgamento desses casos. Uma das possibilidades é pedir a inclusão em pauta no dia 4 junto com o HC de Lula.

## CRUCIFICADO

Enquanto isso, as repercussões do julgamento da última quinta-feira ainda reverberam dentro do próprio Supremo. O ministro Marco

Aurélio Mello afirmou ontem que a Corte está sofrendo um "patrulhamento sem igual" pelas decisões que toma e disse que a sociedade não pode presumir "que todos sejam salafaristas".

Mello, durante evento na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio, disse que está sendo "crucificado" por ter saído da sessão do Supremo que decidia o futuro do habeas corpus do ex-presidente Lula. "Estou sendo crucificado como culpado pelo adiamento do julgamento", disse o ministro.

"Vi hoje nos jornais que estou sendo apontado como culpado, por honrar um compromisso que assumi com muita anterioridade, apontado como o causador do adiamento do processo contra o ex-presidente Lula, como se fosse para ontem o julgamento. O Supremo não tem apenas um processo, tem milhares". (Agência Estado)

## O FUTURO DE LULA

### ► O que foi julgado na quinta-feira no Supremo?

Foi julgada uma questão preliminar: se era cabível ou não julgar o habeas corpus do ex-presidente Lula. Para o relator Edson Fachin, o Supremo não deveria nem analisar o habeas corpus. Mas por 7 a 4, a Corte decidiu julgar o habeas corpus. Esse julgamento só ocorrerá no dia 4 de abril. Até lá, Lula

fica em liberdade, mesmo que sofra uma derrota no TRF-4 na próxima segunda-feira. Isso porque o STF o concedeu uma liminar (decisão provisória) suspendendo eventual ordem de prisão.

### ► O que acontece se o TRF-4 negar o recurso de Lula na segunda-feira?

Se o tribunal mantiver a condenação, o juiz Sérgio Moro vai precisar esperar

o julgamento do habeas corpus no Supremo para expedir ordem de prisão. E ele só poderá fazer isso caso Lula não obtenha o habeas corpus.

### ► A decisão do Supremo sobre habeas corpus de Lula tem repercussão geral?

Não. A decisão se restringe ao caso do ex-presidente. Uma eventual repercussão geral acontecerá caso o

Supremo pautar o mérito da prisão em segunda instância, ainda sem data para ir a plenário.

### ► Mas se Lula conseguir um habeas corpus outros na mesma situação não vão pedir também?

Na avaliação de advogados, somente o fato de o STF ter admitido julgar o HC de Lula abre brechas para que outras pessoas, na mesma

situação, também acionem o Supremo. Isso não quer dizer que todos os HCs serão pautados na Corte. A defesa do ex-ministro Antônio Palocci, por exemplo, condenado em primeira instância – e não em segundo grau, como é Lula – já impetrou habeas corpus no STF e não teve a mesma sorte.

### ► Lula ainda poderá concorrer à Presidência da República?

Pela Lei da Ficha-Limpa, uma condenação de um órgão colegiado, como o TRF-4, torna o candidato inelegível. Mas ainda há recursos que podem permitir a candidatura. Lula pode pedir o registro e fazer campanha até decisão definitiva do TSE.

## NADA A DECLARAR

# Um dia após sessão polêmica, Luiz Fux veio ao Estado

LEONARDO DUARTE/SECOM

**Discretamente, ministro do Supremo palestrou em Vitória e não falou com a imprensa**

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), esteve ontem em Vitória para dar uma palestra para magistrados do Estado e alunos da Escola de Magistratura, da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages). A palestra foi fechada e realizada na sede do Tribunal de Justiça do Estado (TJES). Ao final

do evento, no qual palestrou sobre as inovações dos princípios Código de Processo Civil de 2015, Fux saiu sem falar com a imprensa.

Antes de seguir para o compromisso, o ministro almoçou no Palácio Anchieta com o governador Paulo Hartung (PMDB). Várias autoridades participaram do encontro. Entre elas, os desembargadores Sérgio Gama e Annibal de Rezende Lima – respectivamente, presidentes do TJES e do Tribunal Regional Eleitoral do Es-



Luiz Fux, ao lado de Paulo Hartung, no Palácio Anchieta

pirito Santo (TRE-ES) – e os juízes Ezequiel Turbino e Sérgio Ricardo – respectivamente, presidente e vice-presidente da Amages.

Na véspera, Fux participou da sessão em que os ministros do STF decidiram pontos relativos ao habeas corpus apresentado pela defesa do ex-presidente Lula (PT) para impedir que ele seja preso após serem esgotadas as possibilidades de recurso na segunda instância. Fux se colocou contra a vota-

ção do habeas corpus e também se opôs à liminar que impede que Lula seja preso pelo TRF-4 antes do julgamento do STF, mas foi voto vencido.

Luiz Fux é autor da decisão liminar (provisória), de setembro de 2014, que uniformizou o pagamento de auxílio-moradia para todos os membros da magistratura nacional. Na última quarta-feira, ele retirou o caso da pauta do Plenário do Supremo. (Maíra Mendonça e Vitor Vogas)





## CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

“Meirelles (ministro da Fazenda) fez todo o esforço”

Michel Temer sobre o refinanciamento de dívidas para pequenas e microempresas

### Explicado: feriadão de 10 dias do STF já começou

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou somente para 4 de abril o julgamento do habeas corpus de Lula porque, para seus ministros, começou ontem o "esticadão" da Semana Santa. A Lei 5.010/66 multiplica para três dias, a partir da quarta, o feriado de Sexta-Feira da Paixão. Segunda e terça seriam dias de trabalho, mas vai ser difícil encontrar ministros do STF em Brasília. Até no Brasil.

### Justiça barra entrega do satélite brasileiro aos EUA

A Justiça do Amazonas suspendeu o contrato sem licitação entre a Telebras e a americana ViaSat para explorar 100% do SGDC, satélite que

custou R\$ 4 bilhões ao Brasil. O acordo deixava vulneráveis dados do governo, inclusive militares, conforme esta coluna revelou.

A Justiça mandou a Telebras cumprir contrato anterior com a Via Direta e Rede Tiradentes, brasileiras, para operar até 15% do satélite nas condições oferecidas aos americanos, sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão.

### Negócio era outro

Para o juiz Francisco Carlos Queiroz, e-mails, fotos e ata de reunião com o presidente da Telebras comprovam tratativas com a Via Direta.

## PAINEL

### Nas ruas

Os petistas planejam atos em defesa de Lula na semana em que o Supremo Tribunal Federal (STF) retomará o julgamento do seu habeas corpus. O partido organiza uma manifestação no Rio no dia 2 de abril e uma vigília em Brasília nos dias 3 e 4.

### Questão de foro

A Polícia Federal designou casos sobre políticos com foro especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao mesmo grupo que cuida dos inquiridos que estão no STF a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

### Tiroteio

"A opção do STF de julgar o caso individual de Lula antes de definir o que deveria valer para todos poderá confundir a opinião pública."

De Tércio Lins e Silva, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, sobre a decisão do STF de julgar Lula e não as ações sobre prisão na segunda instância.



### Agendas secretas

O Supremo respondeu que os ministros "não têm o hábito de informar suas agendas", livrando-se de informar o paradeiro deles no feriadão.

### Foi só impressão

Na quinta, no STF passou a impressão, para muitos, de que tudo era combinado. Nada disso. Nossa Suprema Corte é mesmo assim.

### Soberania

A Justiça do Amazonas também reiterou a necessidade de cautela em razão do interesse público e dados confidenciais de interesse nacional.

### Virou programa de auditório

A saraivada de críticas ao comportamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tem a ver, em larga medida, com a transmissão ao vivo de suas sessões, expondo visceras e potencializando vaidades.

### Mais igual que os outros

O ministro Marco Aurélio interrompeu entrevista ao programa "Gente", da rádio Bandeirantes, porque não gostou das perguntas sobre o com-



## **Justiça determina prisão de separatistas**

A Justiça espanhola ordenou ontem a detenção preventiva de cinco líderes catalães envolvidos no processo separatista, incluindo Jordi Turull, que esperava tomar posse como presidente regional amanhã – ele chegou à corte às lágrimas.

A ordem foi dada horas depois de o Supremo Tribunal anunciar a acusação formal por rebelião de 13 dos principais separatistas.